



Relatório de Atividades 2006



FIAPEC

Fundação de Previdência Complementar
dos Empregados ou Servidores da FINER,
do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA



Relatório de Atividades 2006



FIAPEC

Fundação de Previdência Complementar
dos Empregados ou Servidores da FINER,
do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA

A Diretoria Executiva da FIPECq - Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da FINEP, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA, em cumprimento ao disposto no Artigo 30 do Estatuto, apresenta de forma objetiva e sucinta, dados relativos às atividades desenvolvidas no exercício de 2006 e que tiveram como meta principal a consecução dos objetivos da Entidade.

O presente **Relatório de Atividades** contempla, assim, as principais ações desenvolvidas pela FIPECq no ano de 2006 que servirão como parâmetro para avaliação futura do desempenho da Fundação.

Foram implementadas medidas de segurança, com o objetivo de dar transparência aos investimentos da FIPECq e proporcionar maior visibilidade no acompanhamento da carteira de títulos. Tais medidas compreendem desde a adoção de mesa de gravação dos telefones utilizados pela Diretoria de Aplicações Financeiras e Gerência de Aplicações, a decisão pela utilização de Plataforma Eletrônica, a revisão de instrumentos normativos que ditam as diretrizes para a Política de Investimentos, até a reestruturação do Comitê de Investimentos, onde, em reuniões ordinárias e extraordinárias, são analisadas as propostas para as aplicações apresentadas pela Gerência de Aplicações.

Com a reestruturação, o Comitê de Investimentos passou a contar, além de toda a Diretoria Executiva, com dois Conselheiros (convidados permanentes nas reuniões – sendo um do Conselho Deliberativo e outro do Conselho Fiscal) e com todos os Gerentes da Fundação.

Também foram concluídos os trabalhos de análise e melhoria de processos, que têm origem em uma ação do Planejamento Estratégico, onde

foram mapeados e fluxogramados 89 processos e subprocessos de trabalho, gerando a revisão de todos os procedimentos e documentos normativos que estabelecem as regras para o desenvolvimento das diversas atividades, facilitando a identificação de riscos inerentes. Decorrentes também do Planejamento Estratégico e da análise e melhoria de processos, a FIPECq está implantando dois novos Projetos: o Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED) e a Gestão de Riscos e Controles Internos.

Importante ressaltar que a FIPECq começa a atuar como administradora de Planos Instituidores, com o Plano de Previdência FIPECqPREV oferecendo ao associado da FIPECq Vida (e também aos seus dependentes) uma opção de Plano de Previdência.

Cabe registrar a nova composição da Diretoria Executiva com a posse do novo Diretor-Presidente da FIPECq, Roberto Teixeira de Carvalho, proveniente da FINEP e do Diretor de Gestão, Sergio Suren Kurkdjian, oriundo do INPE, bem como a realização das eleições, por voto eletrônico, em novembro, para a escolha dos novos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal da Fundação.



Sumário

AÇÕES GERAIS

Pg 9

GESTÃO

SPC Aprova Alteração de Estatuto da FIPECq

Análise e Melhoria de Processos

Programa Qualidade de Vida

Educação Continuada

Curso Introdução ao Mercado Financeiro e de Capitais para Fundos de Pensão

27º Congresso Brasileiro dos Fundos de Pensão – *Gestão e Comunicação – Compromissos Permanentes*

Acompanhamento de Ações Judiciais

Eleições e Posse dos Novos Conselheiros

Intensificada Comunicação com os Participantes

INVESTIMENTOS

Plataforma Eletrônica

Comitê de Investimentos

Auditoria nas Provisões de Perdas de Investimentos

Fim dos Fundos Exclusivos

Venda de Imóveis de Baixa Rentabilidade

Mudanças nos Critérios para Concessão de Empréstimos

Escritório de Cobrança

Vendas de Notas do Tesouro Nacional Indexadas ao IPCA

Aplicações em Fundos Multimercado

Troca de Posição Acionária

Aplicação em Fundo de Capital Protegido

POLÍTICA DE SEGURANÇA

Plano Diretor de Tecnologia da Informação

Gravação da Mesa de Aplicações Financeiras e Proibição de Uso de Celular nas Dependências da FIPECq pela Equipe de Aplicação Financeira

Gravação da Central de Atendimento - 0800

Gravação de E-mails Institucionais

Gerenciamento Eletrônico de Documentos/GED

Controle de Riscos

PREVIDÊNCIA

FIPECqPREV

Desconto de 90% Sobre as Contribuições ao PPC na Parcela do 13ºsalário

Qualidade

PREVIDÊNCIA

Pg 22

Atualização dos Benefícios
 Evolução das Despesas Previdenciárias do PPC
 Evolução das Despesas Previdenciárias do PPE
 Evolução das Despesas Previdenciárias do PBS
 Despesas Previdenciárias Consolidadas
 Evolução das Receitas Previdenciárias por Plano
 Resumo Quantitativo dos Benefícios Concedidos e Encerrados
 Resumo Quantitativo dos Participantes Ativos dos Planos Previdenciários por Patrocinadora
 Quantitativo dos Participantes Ativos e Assistidos dos Planos PPC, PPE e PBS

INVESTIMENTOS E RESULTADOS

Pg 27

Panorama da Economia Brasileira em 2006.
 Desempenho da FIPECq
 Segmento Renda Variável
 Segmento Renda Fixa
 Segmento de Imóveis
 Segmento de Empréstimos
 Patrimônio
 Posição do Patrimônio
 Mutação do Patrimônio
 Rentabilidade Financeira
 Rentabilidade Financeira Acumulada no Ano
 Composição dos Investimentos
 Empréstimos
 Empréstimos Concedidos aos Participantes
 Quantidade de Empréstimos Concedidos por Patrocinadora
 Evolução do Patrimônio
 Recursos Garantidores dos Planos de Benefícios
 Desempenho Acumulado do Fundo Previdencial
 Rentabilidade Financeira X Meta Atuarial
 Desempenho Obtido Acumulado
 Avaliação Final

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PARECERES

Pg 39

Balço Patrimonial
 Demonstração de Resultados do Exercício
 Demonstração de Fluxos Financeiros
 Demonstração Patrimonial e de Resultados do Programa Previdencial –PPC
 Demonstração Patrimonial e de Resultados do Programa Previdencial –PPE
 Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2006
 Parecer Atuarial
 Parecer dos Auditores Independentes
 Parecer do Conselho Fiscal
 Resolução do Conselho Deliberativo
 Conclusão





AÇÕES GERAIS DE GESTÃO

SPC aprova alteração de Estatuto da FIPECq

A FIPECq promoveu alteração em seu Estatuto, adequando-o ao disposto na Resolução CGPC nº 08, de 19 de fevereiro de 2004. A aprovação se deu com a edição da Portaria SPC nº 399 - publicada no DOU em 17 de maio de 2006.

Uma das principais alterações consistiu na habilitação da FIPECq para administrar planos de previdência complementar, patrocinados e instituídos.

Até a edição da Portaria SPC nº 399, a FIPECq administrava apenas dois planos de benefícios: o PPC - Plano de Previdência Complementar destinado aos empregados Celestistas de suas Patrocinadoras e o PPE - Plano de Previdência Especial destinado aos servidores atingidos, em 1990, pelo Regime Jurídico Único.

Assim, a FIPECq assinou, em 29 de maio de 2006, convênio de adesão com a Caixa de Assistência Social da FIPECq/ FIPECq Vida, a fim de poder administrar o FIPECq *PREV* - Plano de Benefícios de Contribuição Definida, inscrito no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios da Secretaria de Previdência Complementar sob o nº 20.060.029-29, destinado aos Associados (titulares e dependentes) da FIPECq Vida.

Análise e Melhoria de Processos

Após avaliar a estrutura organizacional da Fundação e os processos de trabalho apresentados como produto final do Projeto de Análise e Melhoria de Processos, a Diretoria Executiva da FIPECq optou pela sua adequação ao contexto financeiro e de recursos humanos.

Com base nessas informações foram criadas “células de trabalho” para um melhor ajuste de suas atividades estratégicas, alocando equipes

de trabalho, sem, contudo, criar novos cargos de chefia. Na FIPECq estas células de trabalho são denominadas de “Núcleos”. Foram criados o Núcleo de Tecnologia da Informação/NTI; o Núcleo de Tesouraria/NTE e o Núcleo de Atendimento/NTA e, ainda, a Secretaria-Geral e a Assessoria de Planejamento e Modernização.

Depois de considerar diversos aspectos como: a nova estrutura organizacional (aprovada pelo Conselho Deliberativo); a preparação da Fundação para o atendimento das exigências contidas nos novos instrumentos normativos expedidos pelo órgão regulador; a pesquisa salarial realizada pela ABRAPP; o resultado da avaliação funcional dos empregados da Fundação; o tempo de serviço na Fundação; a última promoção/reclassificação; a indicação das chefias imediatas e a necessidade de implementação de avaliação de desempenho com regularidade, limitado ao percentual anualmente fixado no orçamento administrativo, a Diretoria Executiva da FIPECq promoveu e reclassificou 23 dos 42 empregados da Fundação.

Programa QUALIDADE DE VIDA

Preocupadas com o bem-estar de seus empregados as Diretorias da FIPECq e da Caixa de Assistência Social da FIPECq/FIPECq Vida iniciaram o processo de implantação do Programa Qualidade de Vida/PQV.

De acordo com o resultado da pesquisa preliminar efetuada pela equipe do Programa Amil de Qualidade de Vida/PAQV, a equipe do Núcleo de Atendimento ao Cliente da FIPECq Vida elaborou um questionário para identificar os hábitos dos empregados e colaboradores no que diz respeito a diversos aspectos como saúde, alimentação, social, lazer, familiar e cultural.

De posse dessas informações será possível traçar ações voltadas para a melhoria da qualidade de vida de todos os empregados.

Educação Continuada

Ampliada a participação dos conselheiros, diretores e empregados em cursos e seminários externos.

Conforme estabelecido no Código de Governança Corporativa da FIPECq, a educação continuada é uma necessidade para o aprimoramento do desempenho dos conselheiros, diretores e empregados da FIPECq, em virtude da atuação da Entidade ter foco de longo prazo.

Em 2006, foram disponibilizados 27 treinamentos, entre cursos, seminários e congressos, gerando 108 vagas, com a participação efetiva de empregados, diretores e conselheiros da FIPECq, a um custo total de R\$ 61.886,20 (sessenta e um mil, oitocentos e oitenta e seis reais e vinte centavos), apresentando um custo *per capita* de R\$ 573,02 (quinhentos e setenta e três reais e dois centavos). A despesa com educação continuada representou o equivalente a 1,38% (um vírgula trinta e oito por cento) das despesas com pessoal.

Os conselheiros participaram de oito eventos, os diretores participaram de onze eventos e os empregados participaram de vinte eventos.

A formação e especialização em áreas de interesse da Fundação, também são apoiadas. Entre cursos de graduação e de pós-graduação, foram apoiados cinco empregados, a custo total de R\$ 18.290,07 (dezoito mil duzentos e noventa reais e sete centavos), equivalente a 0,40% (zero vírgula quarenta por cento) das despesas com pessoal.

Curso Introdução ao Mercado Financeiro e de Capitais para Fundos de Pensão

Promovido o Curso “Introdução ao Mercado Financeiro e de Capitais para Fundos de Pensão”, ministrado pela Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais/APIMEC-DF cujo intuito primordial foi o de capacitar os profissionais na área.

O curso, realizado no período de 26 de setembro a 8 de novembro de 2006, uma vez por semana, abordou os temas: Política Monetária; Política Fiscal; Política Cambial; Sistema Financeiro Nacional e Internacional; Mercado de Ações; Mercado de Renda Fixa; Taxas do Mercado - Captação e Financiamento; Risco de Investimento e Perfil de Investimento; Corretoras; Comitê de Investimento e Planejamento Tributário.

27º Congresso Brasileiro dos Fundos de Pensão – Gestão e Comunicação – Compromissos Permanentes.

Em novembro de 2006, os conselheiros, diretores e alguns empregados da FIPECq participaram da 27ª edição do Congresso Brasileiro dos Fundos de Pensão - Gestão e Comunicação – Compromissos Permanentes promovido pela ABRAPP/ICSS/SINDAPP.

Acompanhamento das Ações Judiciais

A Assessoria Jurídica da FIPECq, composta por um Advogado/Assessor Jurídico e um Assistente Administrativo, tem como atribuição assessorar a Diretoria Executiva nas diversas áreas, além de exercer a representação judicial dos processos, bem como realizar o acompanhamento das ações em andamento, nas diversas instâncias e tribunais e dos contratos com escritórios e advogados terceirizados.

O Quadro Resumo abaixo, apresenta a quantidade de ações judiciais da FIPECq, por área e situação dos processos.

Ações Judiciais da FIPECq

Área	Quantidade Total	Situação		Processos Iniciados em 2006
		Em Andamento	Encerrados	
Juizado Especial	1	0	1	0
Justiça Comum Cível	34	34	0	1
Justiça Federal Cível	9	9	0	0
Justiça do Trabalho	4	4	0	1
TOTAL GERAL	48	47	1	

Do total geral dos processos (48), a FIPECq figura como **Autora** em quatorze (14) processos, representando 29% do total geral, e como Ré nos demais. Dos processos em que a FIPECq é Autora, quatro (04) referem-se à cobrança da reserva a amortizar, das Patrocinadoras atingidas pelo RJU. Além disso, a FIPECq busca em outras ações judiciais a reparação de investimentos com insucesso em algumas instituições financeiras e empreendimentos.

Dos processos em que a FIPECq figura como **Ré**, quinze (15) referem-se a expurgos

inflacionários, representando 31% do total geral.

A Assessoria Jurídica da FIPECq atua na representação judicial de seis (06) destes processos. Nos demais em que a FIPECq é Autora ou Ré, sua representação é realizada por meio de terceirização de escritórios ou advogados. Estas terceirizações são realizadas em virtude do tipo da ação e da especialização requerida.

Apresentamos abaixo, a relação dos escritórios e advogados terceirizados.

Escritórios e Advogados Terceirizados

Nome	Área de Atuação
Airton Rocha Nóbrega	Cível
Jonas Modesto da Cruz	Cível
Lobo e Ibeas Advogados	Cível
Luiz Antônio Muniz Machado	Cível
Manoel Guilherme Donas	Cível
Marcondes Advogados Associados	Cível
Maria Bernadete Teixeira	Cível
Tozzini, Treire, Teixeira e Silva	Cível
Ximenes Advogados Associados	Cível
Junqueira de Carvalho, Murgel e Brito	Cível/Tributária
Adelvair Pego Cordeiro	Trabalhista
Edna Consentino Xavier Cardoso	Trabalhista
Heloisa Camargo Rodrigues Felipe dos Santos	Trabalhista



Ações Gerais

Além da representação judicial, a Assessoria Jurídica desenvolve atividades relacionadas à consultoria e assessoria interna, cujo quadro apresentamos abaixo:

Atividades desenvolvidas pela Assessoria Jurídica

Atividades	Quantidade
Acordo Coletivo de Trabalho – 2006 (exames e alterações)	4
Acordo Coletivo de Trabalho – 2007 (exame e alteração)	1
Adiantamentos de Recursos (Pedidos)	40
Audiências Judiciais	4
Cálculos de Valores (Provisão e Judicial)	5
Cartas Diversas	18
Certidões (Cartório de Distribuição DF e Justiça Federal)	32
Comissão (Resolução 025/2002 - Relatório 15 páginas)	1
Comissão Eleitoral – 2006 (Docs. Diversos)	16
Comunicações Internas	48
Contestações	3
Contratos e Aditivos (Elaboração e Exame)	34
Declarações	3
Despachos Diversos	40
Escritura Pública (Exame)	1
Estatuto (Alteração e Quadro Comparativo Exame)	2
FGTS – Manifestação (40%)	3
Instruções Normativas (Alteração/Exame)	11
Laudo Pericial (Impugnação e Justificativa)	2
Notas Jurídicas	19
Petições e Requerimentos	12
Procurações Diversas	32
Proposições (Elaboração)	2
Recursos Judiciais Diversos	9
Regimentos Internos e Quadro Comparativo (CD, CF e DIREX)	3
Regulamento do FIPECqPREV (Adequação e Quadro Comparativo)	1
Regulamento do PPC (Adequação e Quadro Comparativo)	1
Relatórios (CD e DIREX)	1
Relatórios de Viagem	14
Reuniões externas (SPC/Escrit./WTC/RPWP/Outros)	8
Termo Cooperação (ASAF)	1
Termos diversos (Elaboração)	3
Voto (elaboração – FIPECqPREV e PPC)	2

Eleições para os Conselhos

Em novembro de 2006 foram realizadas as eleições para a escolha dos novos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal da FIPECq.

As Leis Complementares nºs 108 e 109 e o Estatuto da FIPECq determinam que a cada dois anos os Participantes elejam seus representantes nos Conselhos Deliberativo e Fiscal.

Foi constituída uma Comissão Eleitoral composta por empregados da FIPECq, nomeada por Portaria da Diretoria Executiva, a qual teve a incumbência de coordenar todo o Processo Eleitoral.

A votação para escolha dos representantes dos Participantes ocorreu nos dias 8 e 9 de novembro de 2006, exclusivamente pela internet, mediante digitação da identificação e da senha secreta que foi encaminhada pelos Correios aos Participantes.

Assim, no mês de dezembro de 2006 tomaram posse 5 novos Conselheiros sendo 3 do Conselho Deliberativo e 2 do Conselho Fiscal. Dos 3 representantes do Conselho Deliberativo, 2 foram indicados pelas Patrocinadoras e 1 pelo voto do Participante. Já o Conselho Fiscal passou a contar com 2 novos Conselheiros: 1 indicado pela Patrocinadora e 1 eleito pelo voto dos Participantes, além dos seus respectivos suplentes.

Foram empossados no Conselho Deliberativo, como indicados pelas Patrocinadoras os seguintes membros: Pérsio Marco Antônio Davison - Membro Titular (Indicado pelo IPEA); Paulo Sergio Braga Tafner - Membro Suplente (Indicado pelo IPEA); Ruben Silveira Mello Filho - Membro Titular (Indicado pela FINEP); e Carlos Eduardo Gutierrez Freire - Membro Suplente (Indicado pela FINEP)

Os eleitos pelos Participantes e Assistidos foram: Acioli Antônio de Olivo - Membro Titular e Evandi do Nascimento - Membro Suplente.

Já no Conselho Fiscal tomaram posse como indicados pelas Patrocinadoras Paulo César Oliveira D' Almeida - Membro Titular (Indicado pela FINEP) e Éder Miranda Lemos - Membro Suplente (Indicado pela FINEP). Foram eleitos

pelos Participantes e Assistidos: Sandra Regina Costa Alves - Membro Titular e José Elias de Almeida Júnior - Membro Suplente.

A nova composição é a seguinte:

Conselho Deliberativo

Titulares:

Tarciso José de Lima (Presidente)
Acioli Antônio de Olivo
Carlos Roberto Silveira Silva
Júlio Cezar Socha
Pérsio Marco Antônio Davison
Ruben Silveira Mello Filho

Suplentes:

Edson Luiz Muniz da Silva
Evandi do Nascimento
Wagner Ribeiro Perez Barbosa
Paulo Sergio Braga Tafner
Carlos Eduardo Gutierrez Freire

Conselho Fiscal

Titulares:

Geraldo Antônio Montenegro Said (Presidente)
Paulo César Oliveira D' Almeida
Sandra Regina Costa Alves
Sílvio Jardim de Oliveira Silva

Suplentes:

José Demísio Simões da Silva
Éder Miranda Lemos
José Elias de Almeida Júnior
Ruy Caetano da Silva

A Diretoria Executiva da FIPECq agradeceu, especialmente, o empenho e dedicação dos Conselheiros durante o período em que desempenharam suas funções junto aos Conselhos Deliberativo e Fiscal.

Intensificada Comunicação com os Participantes

Atenta a importância de desenvolver ações que levem os públicos interno e externo a identificá-la como entidade de caráter público e sem fins lucrativos e, ainda, como prestadora de serviços de qualidade, a Comunicação da FIPECq desenvolveu no ano de 2006 diversas atividades que deram ênfase à informação aos Participantes/Patrocinadoras/Funcionários.

- iniciado em conjunto com o Núcleo de Tecnologia da Informação, o processo de reestruturação do site, promovendo aprimoramentos e melhorias na WEB;
- editado o Relatório de Atividades referente ao exercício 2005;
- adquirida e encaminhada a todos os Participantes Assistidos da FIPECq a Cartilha do Estatuto do Idoso editada pela ABRAPP/ICSS/SINDAPP;
- publicado o Guia do Participante – Acompanhe mais de perto o seu fundo de pensão, editado pela SPC;
- editadas peças destinadas à divulgação do processo eleitoral da FIPECq – ano de 2006;
- editado e publicado o Código de Governança Corporativa da Fundação;
- editados os quatro números do O Previdente, publicação trimestral, com tiragem ampliada, neste ano, para 8.500 exemplares;
- aprovado o Manual do Sistema de Documentação Institucional e Comunicação Administrativa com o objetivo de disciplinar a documentação que formaliza as políticas, as diretrizes, as normas e os procedimentos adotados pela FIPECq; e
- implantado o Manual de Identidade Visual.

O Plano de Comunicação da FIPECq contempla as diretrizes, os objetivos, a imagem, os públicos e as ações de comunicação e tem como objetivo promover a imagem institucional da Fundação, fazendo da FIPECq um modelo, uma

referência positiva no relacionamento com os Participantes, já que a FIPECq considera a comunicação uma função estratégica, vital para o seu bom desempenho.

AÇÕES GERAIS DE INVESTIMENTO

Plataforma Eletrônica

Desde o mês de novembro de 2006 a FIPECq está operando com a Plataforma Eletrônica - CetipNet. Atualmente encontram-se em operação além da própria CetipNet, os sistemas eletrônicos de negociação de títulos e valores mobiliários: SISBEX, Bovespa FIX e Soma FIX.

As plataformas eletrônicas de negociação de títulos e valores mobiliários de renda fixa funcionam como uma espécie de “pregão eletrônico”, por representar mais transparência, impessoalidade e melhor formação de preços dos ativos negociados pelos fundos de pensão, como é o caso da FIPECq.

Na escolha do sistema eletrônico de negociação será levado em conta o sistema que mais opera com o Ativo e outros fatores relevantes ao negócio e as características do título: rentabilidade, risco e liquidez.

No fechamento do negócio são considerados a melhor taxa, o menor risco, maior porte do emissor e os limites operacionais. Após o fechamento, é impresso relatório contendo todas as ofertas dos participantes, a fim de se verificar se o preço pago ou recebido foi realmente o mais vantajoso para a FIPECq.

Comitê de Investimentos

No ano de 2006, o Comitê de Investimentos da FIPECq sofreu uma alteração em sua estrutura e funcionamento e passou a contar com a participação de todos os Gerentes da Fundação. O assunto é objeto da Instrução Normativa 034/2006. Poderão participar, na qualidade de convidados, dois Conselheiros: um do Conselho Deliberativo e um do Conselho Fiscal.

O Comitê de Investimentos da FIPECq é o colegiado responsável pela destinação dos investimentos da FIPECq, partilhando com a Diretoria de Aplicações Financeiras o processo decisório concernente às aplicações financeiras da FIPECq, mantendo consonância com a Política de Investimentos e o Plano de Aplicações Financeiras aprovado anualmente pelo Conselho Deliberativo.

Auditoria nas Provisões de Perdas de Investimentos

A FIPECq, por deliberação do CD, firmou, em outubro de 2006, contrato de prestação de serviços com a empresa Consultorys Consultoria com o objetivo de realizar a auditoria dos investimentos da Fundação, somente das aplicações financeiras que se encontram provisionadas para perdas.

A empresa Consultorys analisou as operações, os procedimentos e os controles existentes na área de investimentos da FIPECq tanto pelas carteiras administradas por ela quanto pelas administradas por terceiros; por meio, inclusive, de levantamento de todas as transações realizadas, se estas foram realizadas de acordo com os normativos internos e a legislação que regulamenta a aplicação dos recursos, à época de sua realização.

As atividades desenvolvidas pela empresa compreenderam, ainda, dentre outros, a obtenção da classificação dos emissores dos títulos e valores mobiliários - “ratings”; nos últimos doze meses anteriores às datas de aplicação dos ativos provisionados; a comparação de preços praticados nas transações de compra e venda das operações sob a análise com aqueles praticados pelo mercado, na mesma época; a verificação de existência de eventuais conflitos de interesse entre os profissionais da FIPECq e as contratantes.

Os resultados dessas análises foram encaminhadas ao CD, para discussão, no final do período.

Fim dos Fundos Exclusivos

Com o objetivo de não pagamento da CPMF a FIPECq decidiu, em 2003, aplicar recursos em fundos exclusivos de investimentos financeiros – FIF, de renda fixa. Os fundos exclusivos atualmente são administrados pela BRB DTVM e Industrial do Brasil DTVM.

A aquisição de títulos levava a Fundação a incorrer na tributação pela CPMF, que incidia com a alíquota de 0,38% sobre o valor sacado na conta corrente para a liquidação da operação de compra.

Em outubro de 2006, conforme a legislação previa, as aplicações financeiras passaram a não sofrer mais a incidência da CPMF. Dessa forma, a FIPECq decidiu pelo desinvestimento de parte dos ativos que constituem esses Fundos, bem como pela transferência dos ativos restantes da Carteira dos Fundos para a Carteira própria da Fundação, encerrando, assim, as aplicações nessa modalidade de investimentos. O propósito dessa medida é maximizar a rentabilidade, buscando aplicações mais atrativas.

Venda de Imóveis de Baixa Rentabilidade e/ou de Difícil Acompanhamento e Gestão

Desinvestimento do World Trade Center-SP

A Diretoria Executiva da FIPECq aprovou, em agosto de 2006, por unanimidade, a Proposição da Diretoria de Aplicações Financeiras para Desinvestimento do World Trade Center-SP, remetendo ao Conselho Deliberativo para apreciação e decisão. O Conselho Deliberativo aprovou, por unanimidade, o desinvestimento proposto.

Segundo dados apresentados pela Diretoria de Aplicações Financeiras/DAF, a FIPECq adquiriu, em 1992, três cotas do empreendimento World Trade Center, de iniciativa dos fundos de pensão que se organizaram para viabilizar financeiramente o projeto imobiliário formado por uma torre de escritórios com 26 pavimentos, uma edificação de 17 andares onde

está localizado o Gran Meliá Hotel São Paulo, e uma edificação com 4 pavimentos onde está instalado o D&D Shopping. Tal investimento, que à época mostrou-se promissor do ponto de vista de retorno financeiro, vinha apresentando, desde 1996, resultados pífios, muito abaixo da expectativa atuarial.

Desinvestimento do Shopping Piracicaba

Com objetivo estratégico de diversificar seu “portfólio” de investimentos, a FIPECq adquiriu em dezembro de 1991, da DEDINI S/A, a fração equivalente a 6% (seis por cento) do empreendimento *Shopping Center Piracicaba*, localizado na cidade de Piracicaba, em São Paulo.

O empreendimento não apresentou o resultado esperado, mantendo altas taxas de vacância, e a renda por ele produzida não foi capaz de remunerar adequadamente o investimento, apresentando resultados negativos ao longo dos anos.

Em razão da baixa perspectiva de retorno do investimento e considerando o fraco desempenho nas vendas e dificuldades para manutenção das “lojas âncoras”, a FIPECq decidiu pela venda de sua participação no empreendimento *Shopping Center Piracicaba*, uma vez que o investimento não foi capaz de produzir resultados suficientes para remunerar o capital investido ao mínimo de rentabilidade exigida como meta atuarial (INPC/IBGE + juros de 6%a.a.) para Fundação. A venda foi aprovada, por unanimidade, pelo Conselho Deliberativo, mediante apresentação de Proposição aprovada pela Diretoria Executiva.

Mudanças nos Critérios para Concessão de Empréstimos

Foram aprovadas na Reunião do Conselho Deliberativo da FIPECq, ocorrida no dia 27 de setembro de 2006, as alterações nos critérios para concessão de empréstimos, as quais estão em vigor desde o dia 1º de outubro de 2006.

O objetivo foi o de recompor o Fundo

de Seguro de Crédito cuja finalidade é cobrir temporariamente as prestações que não foram consignadas em folha ou pagas pelo Participante/Mutuário até o 15º dia do mês subsequente. O mutuário inadimplente, no entanto, continua obrigado a efetuar o pagamento das parcelas (prestações) em atraso, por força do contrato de concessão de crédito firmado com a FIPECq.

O Participante somente poderá renegociar o saldo devedor do seu empréstimo por meio de um novo contrato após o pagamento de seis parcelas. Regra válida apenas para os contratos firmados a partir de 1º de outubro de 2006.

Escritório de Cobrança

A FIPECq assinou em outubro de 2006, contrato de prestação de serviços com o *Escritório de Advocacia Maria Bernadete*, a fim de promover a cobrança, pela via administrativa ou judicial, dos valores relativos à concessão de empréstimo (mútuo) que se encontram pendentes de pagamento.

A medida visa proteger o patrimônio dos Participantes, bem como resguardar o nome daqueles que procuram honrar com seus compromissos e, acima de tudo, cumprir com a obrigação e responsabilidade de gestão da Fundação.

Vendas de Notas do Tesouro Nacional (NTN-B) Indexadas ao IPCA

Na reunião do Comitê de Investimentos realizada no dia 07 de julho de 2006, o desempenho abaixo da curva do CDI que os fundos exclusivos vinham apresentando como rentabilidade foi objeto de análise

Na oportunidade foi esclarecido que o desempenho insatisfatório advinha, em maior proporção, da rentabilidade gerada nos últimos meses pelas NTN-B, que tem como indexador a variação do IPCA, já que era relevante a posição detida por cada Fundo Exclusivo, como segue:

Vendas de Notas do Tesouro Nacional (NTN-B) Indexadas ao IPCA

Fundo	Quant	Venc ^o	Valor em 30/06/06	% do Fundo
BRB Mercado	20.500	15/05/07	R\$ 31.527.004,45	41,31
BRB Mercado	5.000	15/08/08	R\$ 7.391.872,18	
			<u>R\$ 38.918.876,63</u>	
INSÍGNIA	6.500	15/05/07	R\$ 10.004.977,98	14,55

Adicionalmente a FIPECq detinha na sua carteira própria 38.013 NTN-B, com valor em 30/06/06 de R\$ 58.984.292,49, das quais 15.000 venceriam no dia 15/08/06 e as restantes 13.013 tinham vencimento programado para 15/05/09.

Assim, em 30/06/06 o montante devido pela FIPECq era de R\$ 107.908.147,10, ou seja, 18,92% dos Investimentos.

O Relatório de Mercado – Focus/Gerin, do dia 10/07/2006 apresentava como expectativas para a Mediana Final do Ano – IPCA a taxa de 3,81%, ou seja, queda nos preços ao consumidor.

Diante de tais expectativas, a manutenção de papéis indexados ao IPCA ao longo de 2006 poderia comprometer a rentabilidade da carteira de renda fixa no intuito de atingir o nosso benchmark, que é a variação do CDI.

Assim o desinvestimento de parte dos papéis indexados ao IPCA se apresentou como alternativa para evitar que a continuidade da queda da inflação indicada no estudo afetasse a rentabilidade da carteira de renda fixa.

Aplicações em Fundos Multimercado

O Fundo Multimercado tem como objetivo investir os recursos em várias classes de ativos como títulos privados, títulos públicos, ações, índices, juros, dólar, cupom cambial, podendo em todos os mercados operar de maneira bidirecional. Por exemplo, caso o gestor acredite que a bolsa vai cair, ele pode vender contrato de índice futuro, apostando na queda e ganhando dinheiro para o fundo caso essa queda se confirme.

A primeira reação do investidor é quanto ao risco desse tipo de fundo, porém hoje a tecnologia permite mitigar a chance de eventuais perdas por meio de um controle diário das operações que compõem o Fundo.

Assim, ao realizar o desinvestimento em títulos indexados ao IPCA, as aplicações em Fundos Multimercado constituíram-se em boa alternativa de investimento diante das perspectivas da queda da taxa de juros, pois vêm apresentando melhor rentabilidade que as proporcionadas pelos fundos tradicionais, títulos públicos e papéis de emissão privada.

Até 30 de novembro de 2006 a FIPECq já tinha aplicado aproximadamente R\$ 63 milhões em Fundos desta natureza, ou seja, 10,42% do patrimônio, com rentabilidade acima do CDI.

Troca de Posição Acionária

A FIPECq, buscando impulsionar a rentabilidade da carteira de ações realizou a partir da 2º semestre de 2006 trocas de posições de ações. Procurou desfazer-se de posições de empresas que não estavam no foco das recomendações dos analistas ou que já embutiam percentuais significativos de ganhos, optando por adquirir as com melhores recomendações e que setorialmente estivessem de acordo com o perfil da nossa carteira. Assim foram adquiridas posições de Usiminas e Gerdau do setor siderúrgico; reforçamos a posição do setor elétrico com ações da Cemig, e reforçamos a posição de varejo com a abertura da posição de Lojas Renner.



Aplicação em Fundo de Capital Protegido

Em julho de 2006 com a finalidade de proteger parte da carteira de ações contra possíveis quedas do Ibovespa - desta forma garantindo a manutenção de parte do valor investido em ações - foi realizada a compra de proteção por meio de quotas de Fundo de Capital Protegido. A operação tem o propósito de proteger contra a queda do Ibovespa como também permite auferir os ganhos em caso de alta do referido índice.

Mais recentemente, em dezembro, foi realizada outra operação denominada de “Zero Cost Collar” que sem custo adicional, protege parte da carteira contra quedas do Ibovespa e em caso de alta da bolsa, propicia a obtenção de ganho de 20,15% até dezembro/07, ou seja, rentabilidade superior à projetada na Política de Investimentos da FIPECq para 2007.

AÇÕES GERAIS – POLÍTICA DE SEGURANÇA

Plano Diretor de Tecnologia da Informação

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) é um processo desenvolvido para estruturar estratégica, tática e operacionalmente as informações organizacionais da FIPECq, por meio de projetos, sistemas de informação e do conhecimento, pessoas e Tecnologia da Informação (TI), abrangendo habilidades, competências, hardware, software, redes, sistemas de telecomunicação, gestão de dados e de informação e toda infra-estrutura necessária para dar suporte às decisões, às ações e aos projetos e processos da Fundação.

O PDTI propôs a elaboração e a implantação de Política de Segurança, a elaboração do Manual de Procedimentos para Uso dos Recursos de Informática e a implementação de procedimentos da Área de Informática, com a aquisição de novos equipamentos e softwares e contratação de recursos humanos.

Gravação da Mesa de Aplicações Financeiras e Proibição de uso de celular nas dependências da FIPECq pela Equipe de Aplicação Financeira

A FIPECq está utilizando desde o mês de maio de 2006 o Sistema de Gravação da Mesa de Aplicações Financeiras/SGMAF mecanismo de segurança, controle interno e de registro relativo às aplicações financeiras da Fundação.

Com o SGMAF é possível efetuar a gravação de conversas telefônicas, garantindo, assim, o cumprimento dos requisitos institucionais de transparência e segurança de procedimentos e preservação da fidelidade dos fatos, em especial, nas operações relacionadas a investimentos e movimentação financeira da FIPECq. Nesse mesmo controle inclui-se a proibição do uso de celular, nas dependências da Fundação, pela equipe de aplicações financeiras. O assunto foi regulamentado pela IN 031/2006 *Regras para a Gravação da Mesa de Aplicações Financeiras e versões atualizadas*.

O sistema utilizado é o de Gravador Telefônico Digital que registra as conversações telefônicas feitas pelos aparelhos a ele ligados, assegurando o ininterrupto e completo registro dos diálogos gravados sem intervenção dos seus usuários.

O mecanismo tem início, automaticamente, assim que o telefone é retirado de sua base. Os arquivos decorrentes são organizados por dia, mês, horas, minutos e duração da ligação, bem como o número que originou a chamada, de forma a permitir uma rápida localização e consulta. Dessa forma, todas as conversações realizadas nos telefones ligados ao sistema de gravação, sejam transações financeiras ou não, são gravadas, sem exceção.

Semanalmente, as gravações armazenadas no equipamento de gravações são copiadas e guardadas em local apropriado.

Gravação da Central de Atendimento-0800

A Central Telefônica 0800 61 2002 está sendo gravada com o objetivo de resgatar de forma fidedigna as informações recebidas e prestadas aos Participantes, inclusive para subsidiar o processo de melhoria contínua dos serviços prestados pela Fundação.

Gravação de E-mails Institucionais

Em novembro de 2006 entrou em vigor a Instrução Normativa nº 036/2006 que define as regras para gravação de e-mails institucionais visando fortalecer a segurança do sistema de informações da FIPECq, evitando, desse modo, a circulação de mensagens incompatíveis com a gestão da Fundação.

Gerenciamento Eletrônico de Documentos/GED

Com o objetivo de monitorar o fluxo de documentos e as tarefas correlatas, a FIPECq adquiriu da empresa *ASJB Consultoria* licença de sistema para Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED) e iniciou sua implantação no mês de outubro de 2006.

O Gerenciamento Eletrônico de Documentos é um recurso utilizado pela FIPECq com o objetivo de monitorar o fluxo de documentos e as tarefas correlatas. A utilização do Gerenciador permite controlar as versões e a distribuição de documentos (localizando, recuperando e mapeando-os até o seu arquivamento final), atividades essenciais para a preservação das informações e a integração aos sistemas da FIPECq, reduzindo custos e agilizando processos.

Compete à Assessoria de Planejamento e Modernização da FIPECq a supervisão do GED que é decorrente das ações do Planejamento Estratégico e da Análise e Melhoria de Processos.

Controle de Riscos

A FIPECq atuando sempre com transparência na gestão dos recursos dos Planos de Benefícios que administra e em mais uma ação para aprimorar seus controles e atender exigências ditadas pela Resolução CGPC/MPS nº 13 de 1º de outubro de 2004, firmou contrato com a empresa Rocca, Prandini & Rabbat Financial Services S/S Ltda. especializada na prestação de serviços de controles internos (consultoria e sistema via internet) para implantar o Sistema RiskOffice.

O RiskOffice possibilitará o monitoramento dos principais riscos a que a FIPECq está exposta tais como: riscos de crédito, mercado, liquidez, legal, operacional, atuarial, de terceirização e de imagem. É avaliada a existência de controles para as categorias dos riscos identificados e se são eficientes. Quando não existirem controles ou estes não se apresentarem eficientes, serão recomendadas e discutidas, em conjunto com as áreas, ações para otimização destes ou criação de novos.

Numa ação anterior a FIPECq mapeou todos os processos de trabalho existentes nas Gerências de Aplicações, Controle Financeiro, Contabilidade e Infra-Estrutura; e de Previdência, assim como nos Núcleos de Tecnologia da Informação, Tesouraria e de Atendimento, nas Assessorias Jurídicas e de Planejamento e Modernização e na Secretaria dos Órgãos Colegiados e Diretoria-Executiva.

A implantação do Sistema de Controles Internos com a empresa RP&R na FIPECq tornará os processos de trabalho mais transparentes e integrados.

AÇÕES GERAIS – PREVIDÊNCIA FIPECq *PREV*

Por meio da Portaria nº 393, de 5 de maio de 2006, da Diretoria de Análise Técnica da Secretaria de Previdência Complementar foi aprovado o Regulamento do FIPECq *PREV*, Plano de Contribuição Definida, criado pela

Ações Gerais

FIPECq Vida é administrado pela FIPECq que foi concebido com o intuito de oferecer ao associado da FIPECq Vida (e também aos seus dependentes) uma opção de Plano de Previdência.

Assim, quem tem um Plano de Saúde ou Plano Odontológico ou Seguro de Vida em Grupo junto à FIPECq Vida pode contar, de forma opcional, com o FIPECqPREV.

O FIPECqPREV prevê benefícios de dois tipos: Programado e de Risco. O benefício programado é aquele que resulta do acúmulo de recursos financeiros regularmente depositados na conta do Participante e respectivos rendimentos. O benefício de risco objetiva cobrir eventos de morte e invalidez, é opcional e será pago com recursos provenientes de seguradora contratada. A opção pelo benefício de risco representa um acréscimo no valor da contribuição mensal, a título de prêmio que será repassado à seguradora.

O associado que optar pelo FIPECqPREV contará com redução do Imposto de Renda na fase contributiva, pois pode diminuir da base de cálculo do imposto de renda o valor das contribuições ao FIPECqPREV, até o limite legal. Assim, a rentabilidade líquida alcançada pelo FIPECqPREV pode ser maior, se comparada com outras aplicações financeiras. O Imposto de Renda a ser pago na época de recebimento do benefício também sofre uma tributação especial, com base em opção feita pelo Participante.

Desconto de 90% sobre as contribuições ao PPC na parcela do 13º salário

Em 2006, excepcionalmente, os Participantes ativos do Plano de Previdência Complementar/ PPC tiveram um desconto de 90% sobre a contribuição incidente sobre o 13º salário.

A decisão foi aprovada na 179ª Reunião do Conselho Deliberativo da FIPECq, realizada no dia 27 de setembro de 2006, acatando Proposição da Diretoria Executiva, confirmada com a edição da Resolução nº 014/06, tendo em vista os bons resultados financeiros obtidos pela FIPECq nos últimos meses e a situação

financeira sólida do Plano de Previdência Complementar - PPC, apresentando superávit em 31 de dezembro de 2005, da ordem de 51 milhões e parcial, em 31/07/06, de R\$ 70,5 milhões. O Fundo Previdencial, que financiará o desconto apresenta em 31/07/06, saldo de R\$ 139 milhões, não implicando a concessão do desconto contributivo qualquer ameaça aos seus compromissos futuros, conforme atesta o parecer atuarial citado.

Qualidade

Realizado no mês de agosto de 2006, no Rio de Janeiro, o Encontro com os Aposentados e Pensionistas da FIPECq – *Qualidade* – representou uma excelente oportunidade para integrar o público-alvo residente naquela cidade que congrega o maior número de Participantes Assistidos da Fundação.

O evento foi promovido pela FIPECq e FIPECq Vida, em parceria com o CNPq, apoio da Associação dos Aposentados e Pensionistas da FIPECq - ASAF e colaboração de diversas instituições.

O *Qualidade* representou uma oportunidade para dirimir dúvidas e aproximar aposentados e pensionistas das diferentes patrocinadoras ligadas à FIPECq. Na ocasião foram proferidas palestras, realizadas dinâmicas e apresentados trabalhos artísticos.

A 2ª edição do *Qualidade* está programada para o dia 27 de setembro de 2007.



No âmbito da administração previdenciária, ressaltamos as atividades voltadas para a implantação do novo Plano de Previdência a ser administrado pela FIPECq – O FIPECqPREV que teve a sua aprovação em 08/05/2006 pela Secretaria de Previdência Complementar. Foram meses de dedicação para a elaboração de formulários, sistema de controle, confecção de manuais de identidade do Plano, elaboração de cartilhas, capacitação do nosso corpo funcional, em especial os nossos Representantes, para divulgação do Plano.

Em dezembro de 2006 foi realizado um Workshop de dois dias destinado aos Representantes da FIPECq para melhor compreensão do novo Plano - O FIPECqPREV.

Vale lembrar que no final do exercício de 2005 nosso grande mote era o cumprimento do cadastramento dos Participantes Ativos dos Planos administrados PPC/PBS (celetistas) e PPE (estatutários). A posição percentual do cadastramento no findar do exercício de 2006 totalizou 93%, trabalho este que pode ser considerado finalizado com a compreensão dos Participantes e perseverança dos nossos Representantes.

A Diretoria de Previdência e a equipe técnica participaram ativamente como colaboradoras para a realização do 1º Encontro dos Aposentados da FIPECq, realizado em agosto de 2006.

A Diretoria de Previdência, juntamente com a equipe de previdência, participou do 10º Encontro de Profissionais de Benefício.

Atualização dos Benefícios

Em abril e agosto de 2006, os benefícios complementados pelos Planos PPC e PBS e o Piso Mínimo foram reajustados em 5% e (cinco por cento) e 0,01% (um centésimo por cento) respectivamente, em conformidade com as Portarias MPS nº 119 de 18/04/2006 e nº 342 de 17/08/2006.

Foram concedidos no decorrer do exercício os seguintes benefícios pelo Plano de Previdência Complementar – PPC: 2 aposentadorias por invalidez, 2 pensões, 2 pecúlios e pagos 56 auxílios-doença. Foram extintas no exercício 2 aposentadorias por idade, 1 aposentadoria por invalidez e 2 pensões.

Quanto às complementações do Plano de Previdência Especial – PPE estas foram atualizadas na folha de benefício de julho de 2006 em função do reajuste promovido pelas Medidas Provisórias a saber: Patrocinadoras da Ciência e Tecnologia MP 295 com pagamento retroativo a fevereiro de 2006 e, Patrocinadora do Planejamento MP 302 com efeito financeiro a partir de julho/2006.

O Plano de Previdência Especial – PPE totalizou no exercício a concessão de uma nova complementação de Aposentadoria por Invalidez e 4 pagamentos de Pecúlios por Morte.

Os quadros que seguem demonstram os resultados obtidos no ano de 2005, comparados ao período de 2006.

Quadro I
Evolução das Despesas Previdenciárias do PPC
(2005-2006)

R\$ 1,00

ESPÉCIE	2005	2006	Variação (%)
Aposentadoria Invalidez	687.851	869.458	26,40
Aposentadoria por Idade	803.890	826.640	2,83
Aposentadoria Tempo de Contribuição	3.744.638	3.970.677	6,04
Aposentadoria Especial	40.327	42.691	5,86
Pensão	1.745.649	1.831.227	4,90
Auxílio-Reclusão	-	-	-
Auxílio-Doença	887.538	424.737	-52,14
Pecúlio por Morte	200.950	5.173	-97,43
Subtotal	8.110.843	7.970.603	-1,73
Devolução Reserva Poupança	118.704	175.049	47,47
Total	8.229.547	8.145.652	-1,02

O quadro apresenta um crescimento das despesas no período com aposentadorias e pensões justificadas pelas novas concessões e o reajuste anual. Quanto aos benefícios de auxílios-doença, estes apresentam um decréscimo em virtude de acertos financeiros ocorridos no exercício passado que não vieram a se repetir no exercício de 2006. A despesa com Pecúlio

por Morte deve-se ao fato da ocorrência de dois falecimentos em 2006, quando em 2005 registramos cinco eventos para este benefício. Registramos a ocorrência de onze solicitações de devoluções de reserva individual, porém de valores individuais que superaram as dezoito solicitações de devoluções do exercício passado.

Quadro II
Evolução das Despesas Previdenciárias do PPE
(2005-2006)

R\$ 1,00

ESPÉCIE	2005	2006	Variação (%)
Complementação por Invalidez	321.705	302.933	-5,84
Pecúlio por Morte	211.687	109.114	-48,46
Pensão	19.356	33.187	71,46
Total	552.748	445.234	-19,45

No período observa-se um decréscimo nas despesas com os benefícios de Invalidez quando comparados os totais de recursos utilizados em 2005. Esta redução se deve ao fato de que no exercício de 2005 todos os benefícios em manutenção foram atualizados em conformidade com a Lei nº 10.769 de 19.12.2003, o que gerou

despesas correspondentes a exercícios passados. Observa-se também um decréscimo nas despesas com Pecúlios por Morte, justificado pelo evento de morte ter sido menor em 2006. A elevação na Pensão decorre da concessão inicial no exercício de 2006 com valores retroativos a 2005.

Quadro III
Evolução das Despesas Previdenciárias do PBS
(2005-2006)

R\$ 1,00

ESPÉCIE	2005	2006	Variação (%)
Aposentadoria Tempo de Contribuição	83.514	80.387	-3,74
Aposentadoria por Idade	60.281	58.457	-3,03
Pensão por Morte	-	4.835	100,00
Total	143.795	143.679	0,08

No exercício de 2006, ocorreram dois falecimentos de participantes assistidos por Tempo de Contribuição e Idade, uma das aposentadorias extintas gerou a primeira concessão de Pensão por Morte a ser complementada pelo PBS.

Quadro IV
Despesas Previdenciárias Consolidadas
(2005-2006)

R\$ 1,00

ESPÉCIE	2005	2006	Variação (%)
Plano de Previdência Complementar - PPC	8.229.547	8.145.652	-1,02
Plano de Previdência Especial - PPE	552.748	445.234	-19,45
Plano de Benefícios Saldados - PBS	143.795	143.679	-0,08
Abono Anual Geral	712.745	717.129	0,62
Total	9.638.835	9.451.694	-1,94

Nota-se um decréscimo nas despesas com os benefícios dos Planos PPC, PPE e PBS, justificado pela extinção de benefícios e reflexo de revisões que ocorreram em 2005 e inexistiram no decorrer de 2006.

Quadro V
Evolução das Receitas Previdenciárias em 2005 e 2006 por Plano

R\$ 1,00

PATROCINADORA	PPC			PPE		
	2005	2006	Var %	2005	2006	Var %
FINEP	4.290.130	4.798.543	11,85	-	-	-
IPEA	-	-	-	492.224	546.360	11,00
CNPq	41.132	45.331	10,21	620.539	686.066	10,56
INPE	58.864	64.543	9,65	314.107	362.569	15,43
INPA	-	-	-	318.233	370.439	16,40
FIPECq	209.569	223.177	6,49	-	-	-
MCT	-	-	-	16.370	18.221	11,31
INT	-	-	-	1.174	860,31	-26,72
Assistidos	7.789	3.900	-49,93	19.329	20.165	4,33
Especiais	107.297	117.286	9,31	21.792	31.431	44,23
TOTAL	4.714.781	5.252.780	11,41	1.803.768	2.036.111	12,88

OBS.: O Plano PBS não está incluído por tratar-se de um plano saldado desde janeiro de 1991, ou seja, quem participa não acumula novas contribuições desde o advento do RJU.

As elevações nas contribuições previdenciárias são justificadas pela elevação do teto máximo de participação em abril e agosto de 2006 que foi alterado de R\$ 10.672,60 para R\$ 11.207,28. A elevação da folha salarial das Patrocinadoras por meio de dissídios, reclassificações, ajuste nas tabelas de gratificação também são indicadores da elevação do salário de participação e conseqüente acréscimo nas contribuições para os Planos.

Quadro VI

Resumo Quantitativo dos Benefícios Concedidos e Encerrados em 2006

Benefícios	PPC		PBS		PPE	
	Concedidos	Encerrados	Concedidos	Encerrados	Concedidos	Encerrados
Apos. Tempo de Contribuição	-	-	-	1	-	-
Apos. por Idade	-	02	-	1	-	-
Apos. por Invalidez	02	01	-	-	01	-
Pensões	02	02	01	-	01	-
Pecúlio - Particip. Ativo	-	-	-	-	04	-
Pecúlio - Particip. Assistido	02	-	-	-	-	-
TOTAL	06	05	01	02	06	-

Quadro VII

Resumo do Quantitativo dos Participantes Ativos dos Planos Previdenciários da FIPECq, por Patrocinadora (2005-2006)

PATROCINADORAS	PPC		PBS		PPE	
	2005	2006	2005	2006	2005	2006
FINEP	431	437	-	-	-	-
IPEA	01	01	03	03	456	451
CNPq	03	03	11	11	1.022	1.011
INPE	05	05	01	01	511	511
INPA	-	-	01	01	449	451
FIPECq	43	45	-	-	-	-
TOTAL	483	491	16	16	2.438	2.424

Nota: Estão incluídos os participantes autopatrocinados.

Quadro VIII

Quantitativo de Participantes Ativos e Assistidos dos Planos PPC, PPE e PBS (2005-2006)

PATROCINADORAS	2005	2006
ATIVOS	2.937	2.931
FINEP	425	432
IPEA	457	450
CNPq	1.008	992
INPE	515	514
INPA	449	451
FIPECq	36	38
Autopatrocinados	47	54
ASSISTIDOS	328	334
Aposentadoria Especial	1	1
Aposentadoria por Invalidez	57	58
Aposentadoria por Tempo de Contribuição	104	103
Aposentadoria por Idade	31	28
Pensão	117	119
Auxílio-Doença	18	25
TOTAL	3.265	3.265



Panorama da Economia Brasileira em 2006

Após gerar enorme expectativa no início do ano e considerando uma situação internacional até o momento muito benéfica, impulsionada pelo grande crescimento de países emergentes como China e Índia e elevado fluxo de liquidez nos mercados financeiros, a atividade econômica brasileira voltou a apresentar em 2006 um crescimento que pode ser considerado modesto, acumulando elevação de 2,9% para o Produto Interno Bruto. De acordo com analistas, a política monetária contracionista, a partir de setembro de 2004, contribuiu para redução das taxas de crescimento de 2005 e 2006. Porém, o problema do baixo crescimento brasileiro tem também um forte componente estrutural, decorrente dos grandes e graves entraves que o setor produtivo enfrenta no Brasil que são: carga tributária alta e distorciva, incertezas jurídicas, falta de infraestrutura, ausência de políticas públicas para a educação de base, dentre outros.

O crescimento do Brasil foi inferior a média de crescimento das economias emergentes que apresentaram crescimento superior a 7%, como também foi inferior a média de crescimento da economia mundial estimada pelo FMI em 5,1%.

A elevação de 2,9% do PIB em 2006 foi comandada pela demanda doméstica, com o consumo se refletindo sobre uma demanda maior de duráveis, e o investimento, ainda que com expansão em todos os seus componentes. Uma característica da composição do crescimento no ano foi a contribuição negativa das exportações líquidas. Entre os setores produtivos, a agropecuária e a indústria tiveram crescimento acima da média da economia.

Em 2006, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), registrou, pela quarta vez consecutiva, queda na sua taxa acumulada no ano, com resultado abaixo do centro da meta

estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CNM) em 4,5%. A inflação oficial fechou o ano de 2006 com variação de 3,14%. Esse recuo na variação do IPCA refletiu um movimento conjunto de desaceleração tanto dos preços administrados quanto dos livres. No caso dos administrados, a variação de 4,3% em 2006, ante 9,0% em 2005, é explicada pelos aumentos menores nas tarifas públicas, além da ausência de reajustes nos preços da gasolina. Pelo lado dos preços livres, o maior fator de alívio inflacionário foi, mais uma vez, o comportamento da taxa de câmbio, gerando nova desaceleração nos preços comercializáveis, que acumularam alta de apenas 1,3% em 2006.

A inflação medida pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) apresentou desaceleração nos últimos dois meses de 2006, com variações de 0,81% em outubro, 0,57% em novembro e 0,26% em dezembro. Esse movimento deveu-se ao comportamento dos preços no atacado, com a variação do Índice de Preços por Atacado – Disponibilidade Interna (IPA-DI) recuando para apenas 0,11% em dezembro, ante 0,75% em novembro. Por outro lado, tanto a variação do INCC-DI como a do IPC-DI registraram elevação em dezembro, comparativamente ao mês anterior. O recuo do IPA-DI deveu-se à deflação observada nos preços agrícolas (0,66% ante inflação de 2,39% em novembro), após vários meses de intensos aumentos, haja vista que a inflação dos preços industriais se intensificou. Com isso, o IGP-DI acumulou variação positiva de 3,79% em 2006, ante 1,22% em 2005. Essa aceleração adveio exclusivamente dos preços no atacado e, mais especificamente, da forte reversão no comportamento dos preços agrícolas no segundo semestre. De fato, após vários meses de deflação, onde alcançou 3,14% nos doze meses findos em abril, o IPA-DI fechou o ano com alta de 4,29%. Por sua vez, após registrar deflação de 13,19% nos doze meses findos em

Investimentos e Resultados

março, o IPA agrícola acabou o ano registrando inflação de 6,92%.

Em 2006, o comércio exterior brasileiro continuou em expansão, observando-se novos níveis recordes nos valores das exportações e importações para o ano. Para dezembro a corrente de comércio atingiu US\$19,5 bilhões no mês, gerando saldo comercial de US\$ 5 bilhões, recorde para meses de dezembro e o segundo maior valor mensal já registrado. Todos os resultados para 2006 constituíram-se em recordes históricos, indicando o estabelecimento de novo patamar para o comércio exterior brasileiro. Nesse sentido, as exportações atingiram US\$137,5 bilhões; as importações, US\$91,4 bilhões; e a corrente de comércio, US\$228,9 bilhões, resultando em saldo comercial de US\$46,1 bilhões no acumulado do ano.

No ano de 2006, as condições favoráveis da economia abriram espaço para que o ciclo de flexibilização da política monetária prosseguisse sem interrupções. De 18% no final de 2005, a taxa básica de juros, a Selic, foi reduzida para o seu menor nível nominal quando foi fixada em 13,25% ao ano. No mesmo período, a inflação e suas expectativas também caíram significativamente, de forma que a taxa de juros real vem diminuindo em ritmo mais lento que a taxa nominal.

As reservas internacionais em dólar fecharam o ano de 2006 com montantes acima dos US\$ 80 bilhões, contra US\$ 55 bilhões em 2005. A elevação das reservas em moeda estrangeira faz parte da estratégia das autoridades monetárias visando a elevação do grau de confiabilidade do País, dotando a economia de atenuantes para superação das dificuldades que podem advir em momentos de crises.

Ao final do ano de 2006, o risco Brasil, calculado pelo Banco JP Morgan Chase atingiu 192 pontos base, um dos menores já alcançado pelo País. Este indicador é considerado um dos principais termômetros da confiança dos investidores na economia do País e reflete a solidez dos fundamentos macroeconômicos pelo qual passa a economia do Brasil.

Desempenho da FIPECq

A FIPECq encerrou o ano de 2006 com uma rentabilidade de 18,20%, superando com folga a expectativa atuarial, que foi de 8,79%. A rentabilidade alcançada em 2006 é mais do que o dobro da taxa que seria necessária para fazer frente aos compromissos atuariais. O presente resultado foi alcançado em função das estratégias adotadas para a carteira de renda fixa, aproveitando as oportunidades disponíveis no mercado diante da sinalização de queda da taxa de juros. As alocações iniciadas a partir de 2006 em fundos da categoria multimercados também contribuíram para o atingimento da rentabilidade. Já a carteira de renda variável teve seu resultado positivamente impactado pelas posições detidas das ações de empresas dos setores de mineração/siderurgia, petróleo e bancos, que representavam mais de 60% da carteira de ações.

Segmento Renda Variável

Impulsionada pelo bom desempenho que a economia mundial vem apresentando nos últimos anos, com crescimento consecutivo, o Ibovespa, refletindo a boa fase, fechou positivamente pelo 4º ano seguido. Dentre os segmentos que compõem os investimentos da FIPECq, o de renda variável foi o que obteve a maior rentabilidade, alcançando 38,18% (trinta e oito vírgula dezoito por cento) em 2006. Este resultado supera a valorização verificada no Ibovespa no mesmo período em 3,40% (três vírgula quarenta por cento). A estratégia de alocação para a carteira de ações privilegiou os setores de mineração/siderurgia, bancos e petróleo, onde foram concentrados mais de 60% (sessenta por cento) da carteira.

Com a finalidade de proteger a carteira de ações contra possíveis quedas do Ibovespa, garantindo, desta forma, a manutenção de parte do valor investido em ações, foi realizada a compra de proteção por meio de quotas de Fundo de Capital Protegido. A operação tem

o propósito de proteger contra a queda do Ibovespa como também permitir a obtenção de ganhos em caso de alta do referido índice.

Segmento Renda Fixa

A carteira de renda fixa da FIPECq encerrou 2006 com uma rentabilidade de 15,74% (quinze vírgula setenta e quatro por cento) que equivale a 104,72% (cento e quatro vírgula setenta e dois por cento) do CDI. O presente resultado foi alcançado em função das estratégias adotadas para a carteira de renda fixa aproveitando as oportunidades disponíveis no mercado diante da sinalização de queda da taxa de juros. As alocações iniciadas a partir de 2006 em fundos da categoria multimercados também contribuíram para o atingimento da rentabilidade.

Segmento de Imóveis

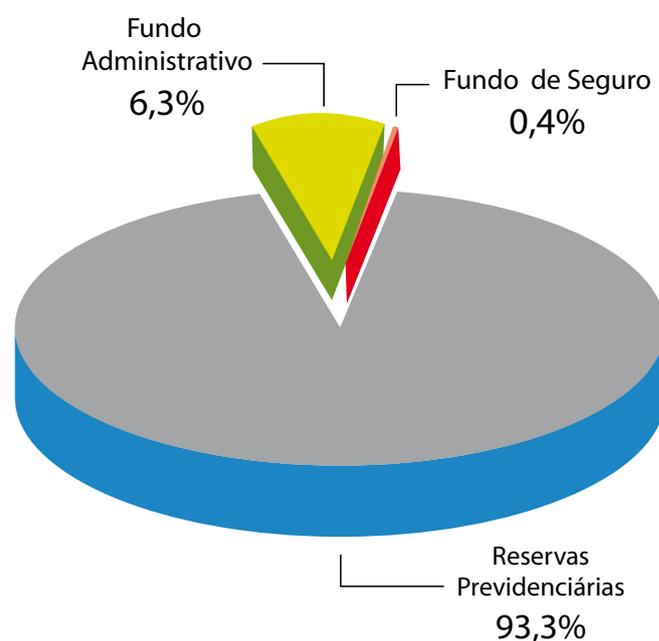
A carteira de imóveis da FIPECq encerrou 2006 com uma rentabilidade de 3,09%, ou seja, -5,24% abaixo da meta atuarial de 8,79%. O provisionamento de valores relativos ao empreendimento WTC determinado pelos auditores, impactou negativamente a rentabilidade da carteira. Em 2006 foi realizada a venda do empreendimento Shopping Center Piracicaba. Como o segmento representava apenas 1,57% do total dos investimentos, a baixa rentabilidade foi minimizada.

Segmento de Empréstimos

A carteira de empréstimos aos participantes encerrou o ano de 2006 com um valor total de operações contratadas que representam 8,66% do patrimônio da FIPECq. A rentabilidade acumulada em 2006 foi de 12,78%, ante a expectativa atuarial de 8,79%, o que representa 3,67% acima da meta atuarial.

Patrimônio

O Patrimônio da FIPECq atingiu em dezembro de 2006 o valor de R\$606.066.183,00, constituído pelas Reservas Técnicas dos Planos de Benefícios Previdenciários, Recursos dos Fundos Administrativos e de Empréstimos, que apresentou um crescimento nominal de 15,8% em relação ao ano anterior. A seguir, apresentamos a sua composição.



Posição do Patrimônio da FIPECq (2005-2006)

R\$ 1,00

Reservas Técnicas e Fundos	2005		2006		(%)(B)/(A)
	Valor (A)	(%)	Valor (B)	(%)	
Reservas Técnicas Previdenciárias	484.675.860	92,6	565.412.073	93,3	16,7
Fundo Administrativo	36.604.038	7,0	38.428.764	6,3	5,0
Fundo de Seguro de Empréstimos	1.938.298	0,4	2.225.346	0,4	14,8
Patrimônio	523.218.196	100,0	606.066.183	100,0	15,8

Investimentos e Resultados

Mutação do Patrimônio

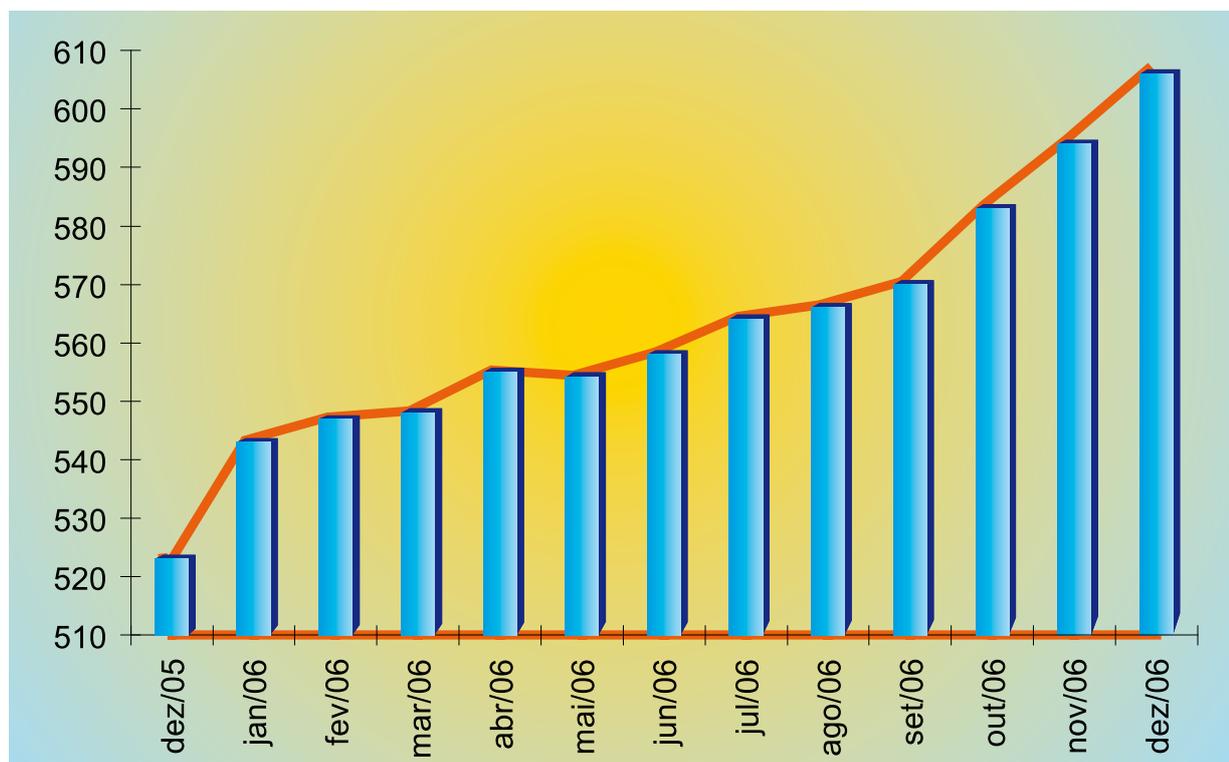
No quadro a seguir é apresentada a mutação do Patrimônio ocorrida no exercício de 2006.

Mutação do Patrimônio (2006)

R\$ 1,00

MÊS	Patrimônio		
	Valor	Mês (%)	Ano (%)
Dez/05	523.218.196	-	-
Jan/06	542.548.001	3,7	3,7
Fev/06	546.768.873	0,8	4,5
Mar/06	547.744.568	0,2	4,7
Abr/06	554.582.403	1,2	6,0
Mai/06	554.205.654	-0,1	5,9
Jun/06	558.274.046	0,7	6,7
Jul/06	563.839.633	1,0	7,8
Ago/06	565.882.755	0,4	8,2
Set/06	570.046.575	0,7	9,0
Out/06	582.773.553	2,2	11,4
Nov/06	593.916.970	1,9	13,5
Dez/06	606.066.183	2,0	15,8

R\$ Milhões



Rentabilidade Financeira

A Rentabilidade Financeira da FIPECq, no exercício de 2006, foi de 18,2%, calculada pelo método da Taxa Interna de Retorno (TIR) a

partir dos fluxos mensais de receitas e despesas, que comparada a Meta Atuarial estabelecida de 9,0%, obteve 102,2% da referida meta.

O quadro a seguir apresenta as rentabilidades nos meses e no ano.

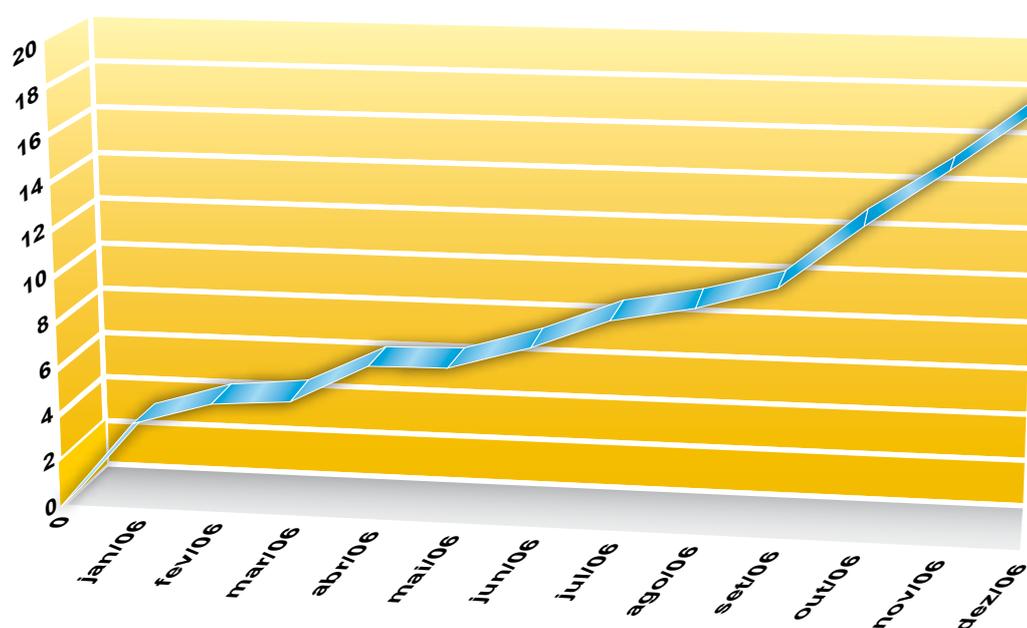
Rentabilidade Financeira

(2006)

(%)

MÊS	Rentabilidade Financeira	
	No Mês	No Ano
Jan/06	3,8	3,8
Fev/06	0,9	4,8
Mar/06	0,3	5,1
Abr/06	1,5	6,7
Mai/06	0,1	6,8
Jun/06	0,9	7,8
Jul/06	1,3	9,1
Ago/06	0,5	9,7
Set/06	0,8	10,6
Out/06	2,4	13,3
Nov/06	2,1	15,6
Dez/06	2,3	18,2

Rentabilidade Financeira Acumulada no Ano



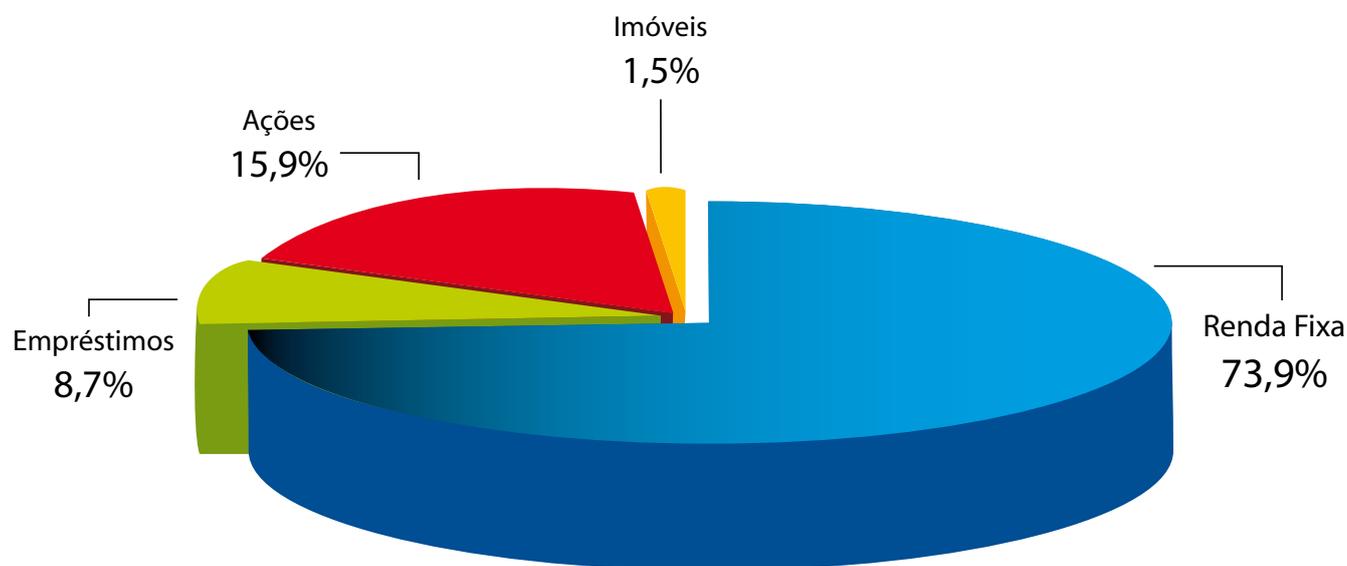
Investimentos e Resultados

Composição dos Investimentos

A composição dos investimentos, por tipo de ativo, é apresentada a seguir com o percentual de aplicação em cada modalidade.

Composição dos Investimentos Posição em 31/12/06

Especificações	Valor	R\$ 1,00 (%)
- Segmento de Renda Fixa	457.522.059	73,9
Notas do Tesouro Nacional – NTN	45.259.153	7,3
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	49.928.281	8,1
Letras do Tesouro Nacional – LTN	43.025.330	6,9
Títulos da Dívida Agrária – TODA	3.054.087	0,6
Créditos Securitiz. do Tesouro Nacional – CTN	530.327	0,1
Certificados de Depósito Bancário – CDB	57.079.386	9,2
Certificados a Termo de Energia Elétrica – CTE	1.815.849	0,3
Fundos de Invest. Financeiro - FIF	226.663.160	36,6
Debêntures Não Conversíveis - DN/C	15.191.112	2,4
Cédulas de Crédito Bancário – CCB	10.072.491	1,6
Outros Investimentos	4.902.883	0,8
- Segmento de Renda Variável	98.279.908	15,9
Mercado de Ações	98.279.908	15,9
- Segmento de Imóveis	9.777.412	1,5
Imóveis e Shopping Center's	7.122.217	1,1
Fundo Imobiliário	2.655.195	0,4
- Segmentos de Empréstimos	53.639.293	8,7
Total	619.218.672	100,0



Empréstimos

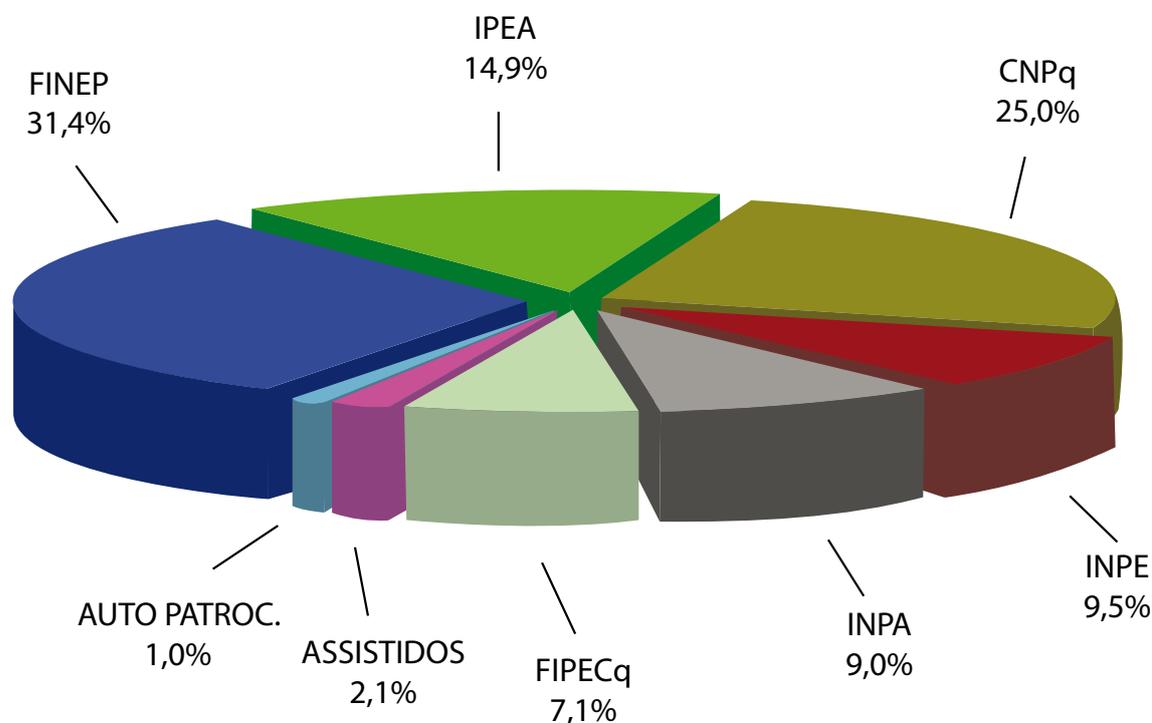
No ano de 2006, foram concedidos 1.606 empréstimos que corresponderam ao

valor bruto de R\$ 44 milhões. A carteira de empréstimo atingiu, aproximadamente, R\$ 59 milhões, com a participação de 8,5% da carteira de investimentos.

Empréstimos Concedidos aos Participantes 2006

R\$ 1,00

Patrocinadora	Empréstimos	
	Quantidade	Valor
FINEP	504	15.502.405,0
IPEA	239	9.763.530,0
CNPq	402	9.462.996,5
INPE	153	3.338.811,7
INPA	144	2.674.851,4
FIPECq	114	2.707.575,7
ASSISTIDOS	34	746.619,7
AUTOPATROCINADOS	16	491.076,0
Total	1.606	44.687.866,0



Evolução do Patrimônio

O quadro abaixo apresenta a evolução do Patrimônio em US\$, entre 1979 e 2006, bem como sua variação no ano e no período.

Evolução do Patrimônio 1979-2006

Ano	US\$*	No Ano (%)	No Período (%)	Ano	US\$*	No Ano (%)	No Período (%)
1979/ago	2.560.468	-	-	1993	57.897.364	27,9	2.161,2
1979/dez	3.141.645	22,7	22,7	1994	91.439.104	57,9	3.471,2
1980	6.022.430	91,7	135,2	1995	96.405.901	5,4	3.665,2
1981	10.258.771	70,3	300,7	1996	112.320.019	16,5	4.286,7
1982	15.935.346	55,3	522,4	1997	125.327.956	11,6	4.794,7
1983	15.729.853	(1,3)	514,3	1998	122.118.381	(2,6)	4.669,4
1984 (1)	20.348.088	29,4	694,7	1999 (4)	110.507.741	(9,5)	4.215,9
1985	30.892.026	51,8	1.106,5	2000	111.952.138	1,3	4.272,4
1986	40.803.905	32,1	1.493,6	2001 (5)	107.367.059	(4,1)	4.093,3
1987	37.061.209	(9,2)	1.347,4	2002 (6)	88.037.117	(18,0)	3.338,3
1988	49.020.751	32,3	1.814,5	2003	125.719.768	42,8	4.810,0
1989	69.036.058	40,8	2.596,2	2004	165.207.584	31,4	6.352,2
1990 (2)	49.114.529	(28,9)	1.817,9	2005	223.530.651	35,3	8.630,1
1991 (3)	44.229.028	(9,9)	1.627,4	2006	283.473.425	26,8	10.971,2
1992	45.275.938	2,4	1.668,3				

* Dólar Comercial (venda)

(1) Antes de 1984 não havia diferença entre o Patrimônio da FIPECq e as Reservas Previdenciais, o que passa a ocorrer a partir deste ano, com a criação dos Fundos Assistencial, Administrativo e de Seguro de Empréstimos e Financiamentos.

(2) A redução do Patrimônio verificada neste ano, se deve à implantação do Plano Econômico “Brasil Novo”, que acarretou uma queda dramática nas Bolsas de Valores, a troca de indexadores das OFND’s e a retenção de Cruzados Novos com conseqüente perda de liquidez e rentabilidade.

(3) A queda do Patrimônio foi determinada pela restituição da Reserva de Poupança aos Participantes que passaram da condição de celetistas para

estatutários. O montante da devolução somou em dez/91 US\$9.056.582, que correspondeu na época a 20,5% do Patrimônio.

(4) O decréscimo do Patrimônio foi devido à mudança do regime cambial, desvalorização do real frente ao dólar, em janeiro/99.

(5) A redução do Patrimônio foi devida à valorização do dólar em 18,7% frente a moeda brasileira, reflexo da desaceleração da economia Norte-Americana, a instabilidade econômica provocada pelos atentados nos E.U.A e a crise política e econômica na Argentina.

(6) A redução do Patrimônio em US\$ foi devida a desvalorização cambial, que atingiu 52,3% no ano.

Recursos Garantidores dos Planos de Benefícios

Os recursos garantidores das Provisões Matemáticas e do Fundo Previdencial apresentaram, em 2006, uma rentabilidade de 17,7% para uma Meta Atuarial (INPC + 6% juros a.a.) de 9,0%,

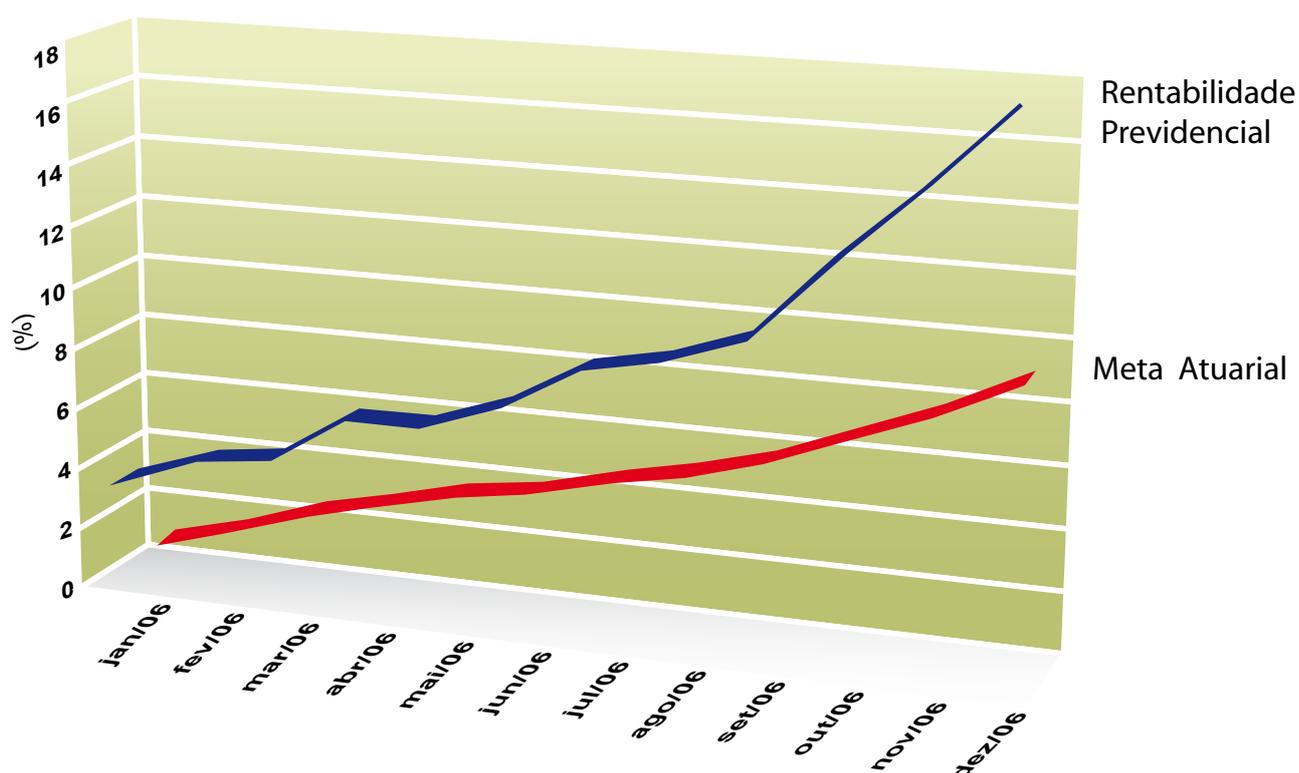
que representou 96,7 % acima da taxa atuarial.

No quadro abaixo encontra-se a evolução dos recursos previdenciais ao longo de 2006, a Rentabilidade Líquida e a Meta Atuarial de Rentabilidade, calculadas pelo método da Taxa Interna de Retorno – TIR, considerando os fluxos mensais de receitas e despesas.

Recursos Garantidores dos Planos de Benefícios 2006

Mês	Fundo Previdencial (R\$)	Rentabilidade do Fundo Previdencial (%)		Meta Atuarial (%)		(A)/(B)* (%)
		No Mês	No Ano (A)	No Mês	No Ano (B)	
Jan/06	503.026.735	3,8	3,8	0,9	0,9	322,2
Fev/06	507.087.655	0,9	4,7	0,7	1,6	193,8
Mar/06	508.083.720	0,3	5,0	0,8	2,4	108,3
Abr/06	514.649.150	1,5	6,6	0,6	3,0	120,0
Mai/06	514.509.779	0,0	6,6	0,6	3,6	83,3
Jun/06	518.489.846	0,9	7,5	0,4	4,0	87,5
Jul/06	524.673.348	1,3	8,9	0,6	4,6	93,5
Ago/06	526.970.083	0,5	9,4	0,5	5,1	84,3
Set/06	530.859.350	0,8	10,3	0,7	5,8	77,6
Out/06	542.997.908	2,4	12,9	0,9	6,8	89,7
Nov/06	553.712.709	2,0	15,2	0,9	7,8	94,9
Dez/06	565.412.073	2,2	17,7	1,1	9,0	96,7

* Rentabilidade obtida em relação à Meta Atuarial (INPC/IBGE: 2,8%a.a. + Juros de 6% a.a.=9,0%a.a.)



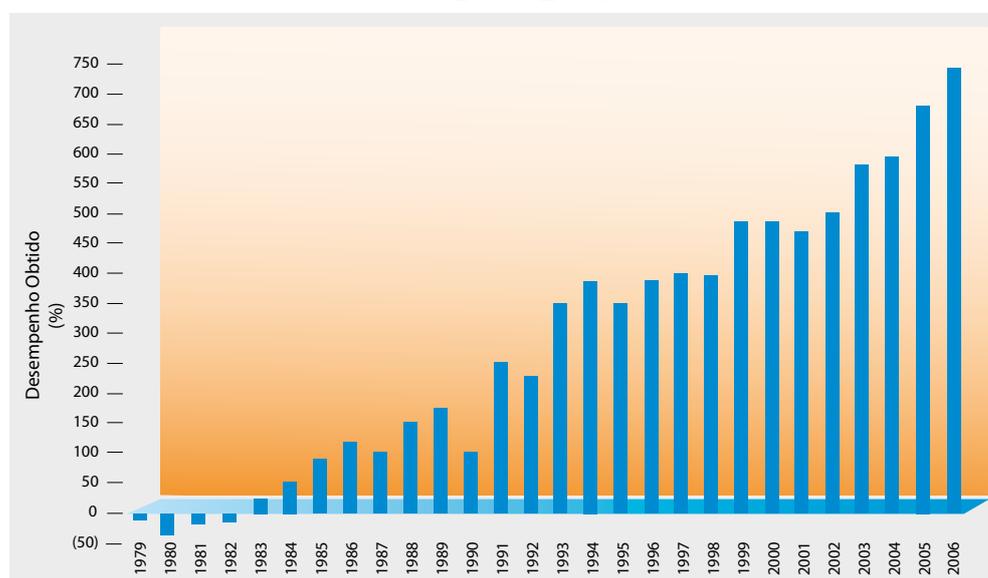
Desempenho Acumulado do Fundo Previdencial

O quadro abaixo mostra o ganho acumulado da rentabilidade financeira em 658,9% comparada a Meta Atuarial, no período de 1979 a 2005.

Rentabilidade Financeira Previdencial x Meta Atuarial

Ano	Rentabilidade Financeira (A)	Meta Atuarial (B)	(A) / (B)	Desempenho Obtido Acum. (%)
1979	20,2	33,6	(10,0)	(10,0)
1980	48,5	93,1	(23,1)	(30,8)
1981	120,2	101,7	9,2	(24,4)
1982	123,2	95,5	14,2	(13,7)
1983	211,5	147,7	25,8	8,5
1984	269,8	179,0	32,5	43,8
1985	333,2	233,9	29,7	86,6
1986	67,4	38,5	20,9	125,5
1987	258,3	281,8	(6,2)	111,6
1988	1.052,2	889,9	16,4	146,3
1989	1.633,2	1.447,3	12,0	175,9
1990	770,3	1.034,8	(23,3)	111,6
1991	748,5	422,5	62,4	243,6
1992	1.094,0	1.208,8	(8,8)	213,5
1993	3.395,1	2.397,5	39,9	338,5
1994	1.065,8	951,3	10,9	386,3
1995	14,2	25,6	(9,1)	342,0
1996	27,1	15,9	9,7	384,9
1997	21,5	13,9	6,7	417,4
1998	6,2	8,8	(2,4)	405,0
1999	33,8	14,9	16,4	487,8
2000	11,4	11,6	(0,2)	486,6
2001	14,3	16,0	(1,4)	478,4
2002	28,6	21,6	5,8	511,9
2003	27,2	17,0	8,7	565,1
2004	15,5	12,5	2,7	583,1
2005	23,7	11,4	11,0	658,2
2006	17,7	9,0	8,0	718,9

Desempenho Obtido Acumulado 1979-2006



AVALIAÇÃO FINAL

No ano de 2006 a rentabilidade obtida pela FIPECq na aplicação dos Recursos Garantidores das Provisões, Reservas e Fundos foi de 18,2%, que comparada a outros indicadores obteve o seguinte ganho real:

Avaliação Final

(%)

Indicadores	Acumulado no Ano %	Ganho Real
INPC/IBGE	2,8	15,0
IPCA/IBGE	3,1	14,6
IGP-DI/FGV	3,8	13,9
IGP-M/FGV	3,8	13,9
IPC-FIPE	2,6	15,2

As aplicações financeiras evoluíram de R\$ 533 milhões em dez/05 para R\$ 619 milhões em dez/06, agregando R\$ 86 milhões à carteira de investimentos da Fundação.

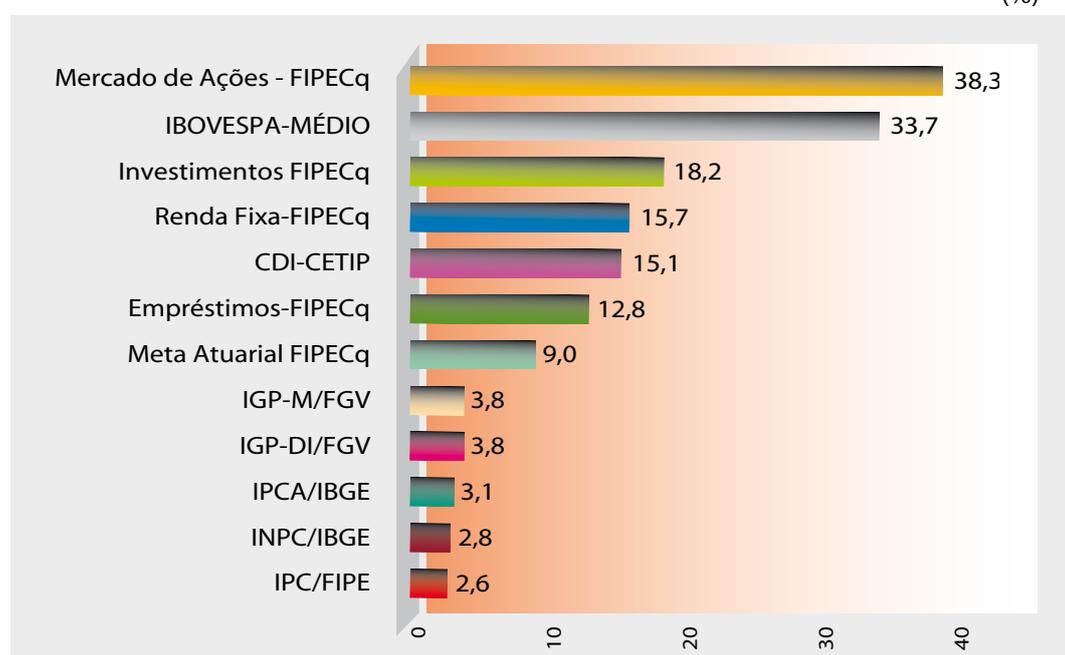
Os ativos financeiros, ao final de 2006, encontravam-se alocados no segmento de Renda Fixa atingindo R\$ 458 milhões que correspondiam a 73,9% dos investimentos, seguidos do segmento de Renda Variável com R\$ 98 milhões que representavam 15,9% das aplicações, os imóveis juntamente com o fundo imobiliário alcançaram R\$ 2 milhões e a carteira de empréstimos em R\$ 54 milhões com, respectivamente, 2,0% e 8,7% do total dos recursos investidos.

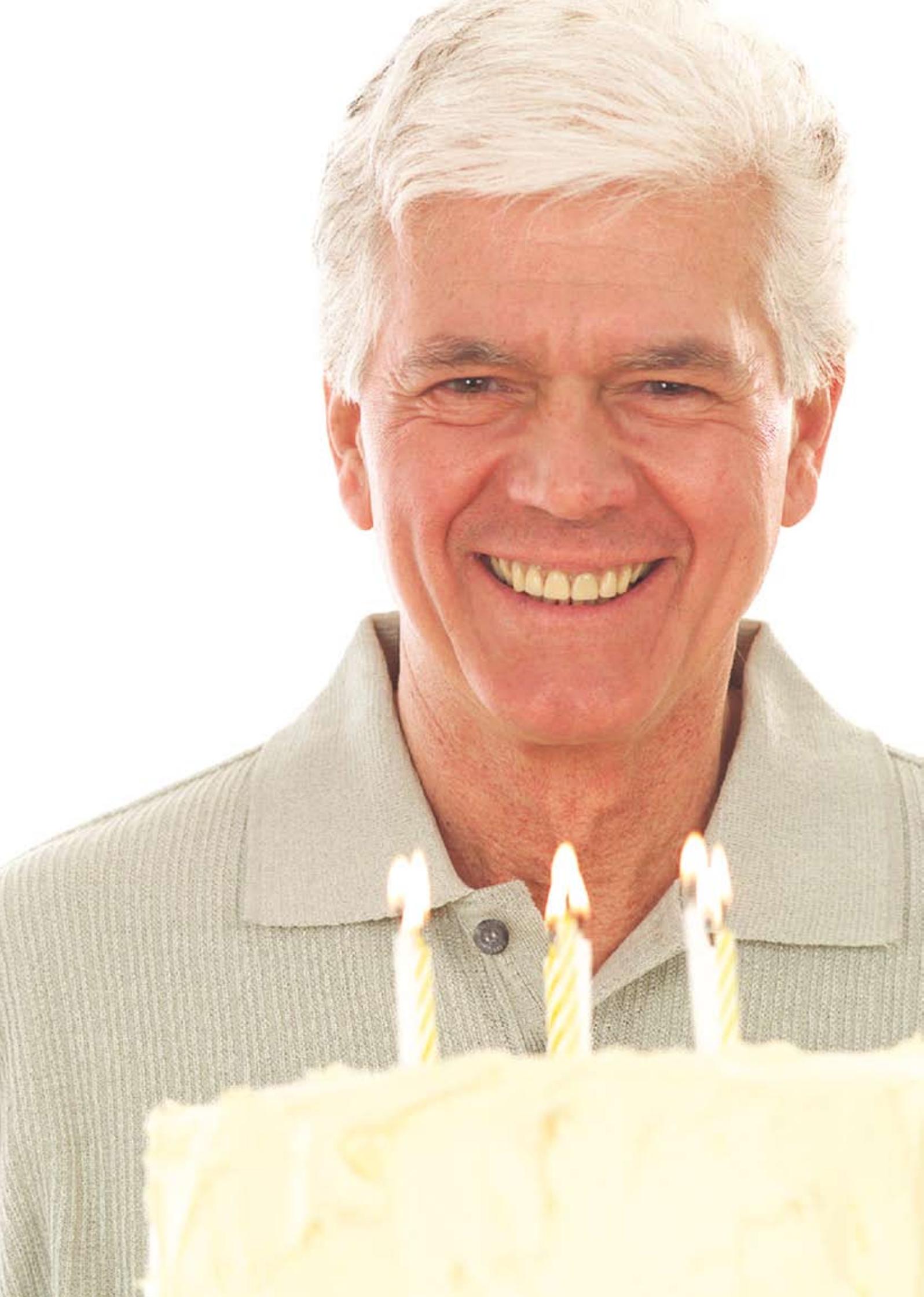
Os investimentos geraram no ano uma receita financeira líquida de R\$ 94 milhões. A rentabilidade nominal da carteira de investimentos foi de 18,2% a.a. O segmento Renda Fixa apresentou uma rentabilidade de 15,7% a.a.; o segmento de Renda Variável - Mercado de Ações apresentou uma performance de 38,3% a.a.; o segmento de Empréstimos aos Participantes com 12,8% a.a., e os imóveis atingiram uma rentabilidade de 3,9% a.a., apresentando a carteira de investimentos uma rentabilidade média 1,4% ao mês.

Rentabilidade FIPECq, Meta Atuarial e Indicadores Econômicos

Ano: 2006

(%)





Balço Patrimonial

R\$ mil

ATIVO	Exercício 2006	Exercício 2005
DISPONÍVEL	42	51
REALIZÁVEL	621.684	534.276
Programa Previdencial	781	926
Programa Administrativo	160	122
Programa de Investimentos	620.743	533.228
Renda Fixa	457.948	377.043
Renda Variável	99.369	97.291
Investimentos Imobiliários	9.778	13.695
Operação com Participantes	53.648	45.199
PERMANENTE	375	400
Imobilizado	341	279
Diferido	34	121
TOTAL DO ATIVO	622.101	534.727

R\$ mil

PASSIVO	Exercício 2006	Exercício 2005
EXIGÍVEL OPERACIONAL	2.331	1.286
Programa Previdencial	227	351
Programa Administrativo	580	469
Programa de Investimentos	1.524	466
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	13.704	10.223
Programa Previdencial	11.698	10.222
Programa Administrativo	923	1
Programa de Investimentos	1.083	0
EXIGÍVEL ATUARIAL	332.893	300.315
PROVISÕES MATEMÁTICAS	332.893	300.315
Benefícios Concedidos	94.522	90.429
Benefícios a Conceder	238.371	209.886
RESERVAS E FUNDOS	273.173	222.903
EQUILÍBRIO TÉCNICO	87.812	51.700
RESULTADOS REALIZADOS	87.812	51.700
Superávit Técnico Acumulado	87.812	51.700
FUNDOS	185.361	171.203
Programa Previdencial	144.707	132.661
Programa Administrativo	38.429	36.604
Programa de Investimento	2.225	1.938
TOTAL DO PASSIVO	622.101	534.727

Demonstração de Resultados de Exercício

R\$ mil

	DESCRIÇÃO	Exercício 2006	Exercício 2005
	PROGRAMA PREVIDENCIAL		
(+)	Recursos Coletados	7.321	6.542
(-)	Recursos Utilizados	(9.546)	(9.702)
(-/+)	Constituições/Reversões de Contingências	(1.453)	(10.245)
(-)	Custeio Administrativo	(1.093)	(976)
(+/-)	Resultados dos Investimentos Previdenciais	85.506	95.158
(-/+)	Constituições/Reversões de Provisões Atuariais	(32.578)	(80.463)
(-/+)	Constituições/Reversões de Fundos	(12.046)	2.094
(=)	Superávit Técnico do Exercício	36.111	2.408
	PROGRAMA ADMINISTRATIVO		
(+)	Recursos Oriundos de Outros Programas	4.539	4.698
(+)	Receitas	19	30
(-)	Despesas	(6.583)	(7.436)
(-/+)	Constituições/Reversões de Contingências	(1.231)	(229)
(+/-)	Resultados dos Investimentos Administrativos	5.081	6.054
(=)	Constituições (Reversões) de Fundos	1.825	3.117
	PROGRAMA DE INVESTIMENTOS		
(+/-)	Renda Fixa	62.146	66.097
(+/-)	Renda Variável	27.346	30.294
(+/-)	Investimentos Imobiliários	723	5.065
(+/-)	Operações com Participantes	5.547	4.880
(+/-)	Relacionados com o Disponível	(358)	(605)
(+/-)	Constituições/Reversões de Contingências	(1.084)	0
(-)	Custeio Administrativo	(3.446)	(3.722)
(+/-)	Resultados Recebidos/Transferidos de Outros Programas	(90.587)	(101.212)
(=)	Constituições (Reversões) de Fundos	287	797

Demonstração de Fluxos Financeiros

R\$ mil

	DESCRIÇÃO	Exercício 2006	Exercício 2005
(+/-)	PROGRAMA PREVIDENCIAL	(2.181)	(3.164)
(+)	ENTRADAS	7.492	6.469
(+)	Recursos Coletados	7.321	6.542
(+/-)	Recursos a Receber	145	(73)
(+)	Outros Realizáveis/Exigibilidades	3	-
(+)	Constituições/Reversões de Contingências	23	-
(-)	SAÍDAS	(9.673)	(9.633)
(-)	Recursos Utilizados	(9.546)	(9.702)
(+/-)	Utilizações a Pagar	(127)	96
(+/-)	Utilizações Futuras	-	5
(-)	Outros Realizáveis/Exigibilidades	-	(9)
(-)	Constituições/Reversões de Contingências	-	(23)
(+/-)	PROGRAMA ADMINISTRATIVO	(6.775)	(7.525)
(+)	ENTRADAS	19	260
(+)	Receitas	19	30
(+)	Outros Realizáveis/Exigibilidades	-	230
(-)	SAÍDAS	(6.794)	(7.785)
(-)	Despesas	(6.584)	(7.436)
(+)	Despesas a Pagar	162	(120)
(-)	Despesas Futuras	(42)	34
(-)	Permanente	25	(35)
(-)	Outros Realizáveis/Exigibilidades	(46)	-
(-)	Constituições/Reversões de Contingências	(309)	(228)
(+/-)	PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	8.947	10.665
(+/-)	Renda Fixa	(18.795)	(1.638)
(+/-)	Renda Variável	26.357	16.222
(+/-)	Investimentos Imobiliários	4.641	1.905
(+/-)	Operações com Participantes	(2.898)	(5.165)
(+/-)	Relacionados com o Disponível	(358)	(604)
(+/-)	Relacionados com Tributos	-	(55)
(=)	FLUXO NAS DISPONIBILIDADES	(9)	(24)
(=)	VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	(9)	(24)

Demonstração Patrimonial e de Resultados do Programa Previdencial: Plano de Previdência Especial - PPE

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL

R\$

ATIVO	Exercício 2006	Exercício 2005	PASSIVO	Exercício 2006	Exercício 2005
ATIVO	25.686.325,46	20.728.554,97	PASSIVO	25.686.325,46	20.728.554,97
CONTAS A RECEBER	317.749,93	205.760,68	CONTAS A PAGAR	126.446,23	123.720,99
APLICAÇÕES	25.368.575,53	20.522.794,29	VALORES EM LITÍGIO	43.449,10	
Renda Fixa	18.465.817,08	14.244.071,75			
Renda Variável	4.266.108,30	3.961.890,64	COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES	25.444.840,56	20.544.931,57
Imóveis	358.959,70	492.774,87			
Empréstimos	2.277.690,45	1.824.057,03	FUNDOS	71.589,57	59.902,41

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

R\$

DESCRIÇÃO	Exercício 2006	Exercício 2005
(+) CONTRIBUIÇÕES	2.042.063,88	1.808.496,84
(-) BENEFÍCIOS	(525.686,01)	(636.107,71)
(+/-) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	3.743.358,25	3.920.452,99
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	5.259.736,12	5.092.842,12
(-) DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	(304.695,62)	(269.440,53)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE VALORES EM LITÍGIO	(43.444,35)	
(-/+) FORMAÇÃO DE COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES ASSISTIDOS	(4.899.908,99)	(20.544.931,57)
(-/+) FORMAÇÃO DE FUNDOS PARA RISCOS FUTUROS	(11.687,16)	15.721.529,98

Rentabilidade do Plano: Calculada com base na variação mensal das cotas, que apresentou um crescimento de 17,13% no exercício de 2006.

Custeio Administrativo do Plano: 15% da Contribuição dos Participantes Ativos, Assistentes e Autofinanciados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

1. Contexto Operacional

A Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da FINEP, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, sem fins lucrativos, tem por objetivo administrar e executar planos de benefícios previdenciários, acessíveis aos servidores e/ou empregados das Patrocinadoras e aos do seu próprio quadro de empregados. É regida pelas Leis Complementares n.ºs 108 e 109, de 29.05.2001, Decretos e Normas regulamentadores decorrentes.

São Patrocinadoras da Fundação:

- FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos
- IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
- INPA - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

Os recursos que a FIPECq dispõe são representados por contribuições de suas Patrocinadoras, participantes e rendimentos das aplicações desses recursos, conforme estabelece a legislação aplicável.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício de 2006, apresentadas de forma comparativa com o exercício anterior, em conformidade com as normas estabelecidas pela Secretaria de Previdência Complementar/MPS, especialmente as Resoluções CGPC n.º 05, de 30 de janeiro de 2002 e n.º 10, de 05 de julho de 2002 e, ainda, dentro das práticas

contábeis adotadas no País, compõem-se: do Balanço, das Demonstrações de Resultado, dos Fluxos Financeiros, das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, dos Pareceres dos Auditores Independentes, do Atuário, do Conselho Fiscal e da Manifestação do Conselho Deliberativo.

3. Principais Práticas Contábeis

Programa de Investimentos

Conforme determina a Resolução CGPC n.º 4, de 30 de janeiro de 2002, os títulos de renda fixa estão classificados nas categorias “títulos para negociação” e “títulos mantidos até o vencimento”, registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos *pro rata* dia até a data do balanço e ajustados ao valor provável de realização. O ágio e deságio na aquisição são amortizados *pro rata* dia, pelo prazo que decorre da aquisição até o vencimento do título.

Na categoria “títulos para negociação”, apura-se a avaliação contábil pelo valor de mercado. Na categoria “mantidos até o vencimento”, o critério de avaliação contábil é o da marcação pela curva do rendimento *pro rata* dia até o vencimento. As aplicações em fundos de investimento são atualizadas pelo valor da cota patrimonial do fundo.

No mercado à vista, as ações são registradas pelo custo de aquisição acrescido de despesas de corretagem e outras taxas, e avaliadas ao valor de mercado pela última cotação média na Bolsa de Valores em que a ação tenha obtido o maior número de negócios. As ações que não tenham sido negociadas em bolsas de valores ou em mercado de balcão organizado, por período superior a seis meses, são avaliadas pelo último valor patrimonial ou pelo custo, dos dois o menor.

Os investimentos imobiliários estão registrados ao custo de aquisição ou construção e ajustados periodicamente por reavaliações. As construções são depreciadas pelo método linear à taxa de 2% ao ano ou às taxas correspondentes ao

tempo de vida útil remanescente fixada nos laudos de reavaliação. As instalações são depreciadas pelo método linear à taxa de 10% ao ano.

De acordo com a legislação vigente, os imóveis são reavaliados no máximo a cada 03 anos, contados da data da aquisição ou da última reavaliação. Os ajustes da reavaliação, positivos ou negativos, são contabilizados nas contas específicas em contrapartida do resultado.

As operações com participantes correspondem a empréstimos que incluem o principal

e juros até a data do balanço.

Receitas

Estão registrados pelo regime de competência: as rendas, variações líquidas, juros de capital e dividendos a receber, oriundos das aplicações dos recursos da Fundação.

Abaixo quadro demonstrativo da composição do resultado do programa.

Demonstrativo da Composição do Resultado do Programa

Discriminação	R\$ mil	
	31/12/2006	31/12/2005
Renda Fixa	62.146	66.097
Renda Variável	27.346	30.294
Investimentos Imobiliários	723	5.065
Operações com Participantes	5.547	4.880
Relacionados com Tributos	(358)	(604)
Contingências	(1.083)	-
Total	94.321	105.732

O resultado da renda variável foi determinado pelos seguintes eventos: variação líquida do mercado de ações (R\$ 23.464 mil), receita de dividendos e juros de capital (R\$ 4.255 mil) e variação líquida em fundos de investimentos (- R\$ 373 mil).

Do total de R\$ 94.321 mil apurado como resultado do programa de investimentos, R\$ 85.507 mil foram transferidos para o programa previdencial e R\$ 8.527 mil para o programa administrativo (custeio administrativo dos investimentos R\$ 3.446 mil, remuneração do

fundo administrativo R\$5.081 mil) e R\$ 287 mil para o fundo de empréstimo.

Permanente

Os bens que constituem o permanente são registrados pelo custo de aquisição e corrigidos pela variação da UFIR até 31/12/1995. A depreciação é calculada com base no método linear, a taxas anuais estabelecidas em função da vida útil e fixadas por espécie de bens, conforme tabela abaixo:

Discriminação	Taxa	R\$ mil	
		2006	2005
Móveis e Utensílios	10%	29	28
Máquinas e Equipamentos	10%	67	75
Ventiladores/Refrigeradores de Ar	25%	1	2
Computadores e Periféricos	20%	187	166
Software	20%	50	73
Instalações	10%	6	7
Benfeitorias em Imóveis Terceiros	10%	34	48
Direito de Uso Telefônico	-	1	1
Total	-	375	400

Demonstrações Contábeis

Anualmente, a Fundação realiza o Inventário Físico dos bens, promovendo a sua conciliação com os registros contábeis.

Custeio Administrativo

Em observância ao disposto na Resolução CGPC nº 05, o custeio administrativo da Fundação é debitado aos Programas Previdencial e de Investimentos, por meio de alocação direta (despesas específicas do programa) e rateio de despesas comuns. No Programa Previdencial, o item Custeio Administrativo representa 15% de suas receitas, cujo valor é transferido ao programa administrativo para cobertura de suas despesas. No Programa de Investimentos, corresponde ao total de suas despesas administrativas diretas somadas ao rateio das despesas comuns, realizadas no exercício.

Rateio das Despesas da Administração Geral

As despesas da Administração Geral são rateadas na proporção de 50% entre os Programas Previdencial e de Investimentos.

Transferências Interprogramas

Além dos débitos relativos ao Custeio do Programa Administrativo, são registrados, também, os créditos atribuídos, proporcionalmente, aos programas Previdencial e Administrativo, decorrentes dos resultados líquidos de suas aplicações no Programa de Investimentos, no exercício.

4 – Estrutura Contábil

ATIVO

Disponível

Composto pela conta Fundo Fixo de Caixa e Banco Conta Movimento.

Realizável

Programa Previdencial

Compreende as contribuições dos Participantes e Patrocinadoras e outros direitos dos Planos Previdenciários, no valor de R\$ 781 mil em 31/12/2006 e R\$ 926 mil em 31.12.2005.

Programa Previdencial

Discriminação	R\$ mil	
	31/12/2006	31/12/2005
Recursos a Receber – PPC	463	720
Recursos a Receber – PPE	318	206
Custo Suplementar Não Amortizado – PPC	17.200	15.783
(-) Provisão (*)	(17.200)	(15.783)
Total	781	926

(*) A Fundação, em 31 de dezembro de 2006, tem a receber de suas patrocinadoras IPEA, CNPq, INPE e INPA o valor total de R\$ 17.200 mil referente ao custo suplementar, às Reservas não Amortizadas dos Benefícios não Concedidos, por tempo de serviço; especial e velhice, que deixaram de ser pagos quando da implementação do RJU – Regime Jurídico Único, consoante parecer atuarial JM/1602/94 –

emitido por Jessé Montello – Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda. Tal valor está registrado no ativo como conta redutora, de modo a não influenciar o resultado do exercício. O valor é atualizado, mensalmente, pela meta atuarial, qual seja: INPC mais juros de 6% ao ano. Em 10/08/2005 a Fundação ingressou com Ação de Cobrança Judicial na Justiça Federal.

Programa de Investimentos

O programa de investimentos, constituído pelos segmentos de renda fixa, renda variável, investimentos imobiliários e operações com participantes, atingiu o montante de R\$ 620.743 mil, conforme quadro a seguir:

Programa de Investimentos

R\$ mil

INVESTIMENTOS	31/12/06	(%)	31/12/05	(%)
Renda Fixa	457.948	73,77	377.043	70,71
Notas do Tesouro Nacional - NTN	45.259	7,29	57.039	10,70
Letras Tesouro Nacional - LTN	43.025	6,93	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	49.928	8,04	31.838	5,97
Título da Dívida Agrária - TDA	3.054	0,49	4.880	0,92
Créditos Securitiz. do Tesouro Nacional - CTN	530	0,09	836	0,16
Certificado de Depósito Bancário - CDB	57.080	9,20	40.722	7,64
Fundo de Invest. Financeiro - FIF	226.663	36,51	214.703	40,26
Debêntures Não Conversíveis - DN/C	15.191	2,45	18.736	3,51
Certificado a Termo de Energia Elétrica - CTE	1.816	0,29	2.516	0,47
Outros Investimentos	15.402	2,48	5.773	1,08
Renda Variável	99.369	16,01	97.291	18,24
Ações - Mercado à Vista	99.369	16,01	89.222	16,73
Fundo de Investimentos	-	-	8.069	1,51
Imóveis	9.778	1,58	13.695	2,57
Imóveis e Shopping Center's	7.123	1,15	10.982	2,06
Fundo Imobiliário	2.655	0,43	2.713	0,51
Operações com Participantes - Empréstimos	53.648	8,64	45.199	8,48
Total	620.743	100,00	533.228	100,00

- **Renda Fixa**

A seguir, demonstramos a composição da Carteira de Renda Fixa nos exercícios de 2006 e 2005.

Carteira de Renda Fixa

R\$ mil

INVESTIMENTOS	31/12/06	(%)	31/12/05	(%)
Títulos de Responsabilidade do Governo Federal	141.797	30,97	94.593	25,09
Notas do Tesouro Nacional - NTN	45.259	9,88	57.039	15,14
Letras Tesouro Nacional - LTN	43.026	9,40	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	49.928	10,90	31.838	8,44
Título da Dívida Agrária - TDA	3.054	0,67	4.880	1,29
Créditos Securitiz. do Tesouro Nacional - CTN	530	0,12	836	0,22
Aplicações em Instituições Financeiras	283.743	61,95	255.425	67,74
Certificado de Depósito Bancário - CDB	57.080	12,46	40.722	10,80
Fundo de Invest. Financeiro - FIF	134.090	29,28	46.528	12,34
Fundos de Invest. Financeiros (Exclusivos) "1"	92.573	20,21	168.175	44,60
Títulos de Empresas	17.007	3,72	21.252	5,64
Debêntures Não Conversíveis - DN/C	15.191	3,32	18.736	4,97
Certificado a Termo de Energia Elétrica - CTE	1.816	0,40	2.516	0,67
Outros Investimentos	15.401	3,36	5.773	1,53
Cédulas de Crédito Bancário (CCB)**	10.072	2,20	-	-
Precatórios Complementares*	5.329	1,16	5.773	1,53
Total	457.948	100,00	377.043	100,00

Demonstrações Contábeis

* A FIPECq impetrou mandado de segurança, com pedido de liminar, contra a Secretaria da Receita Federal, referente à cobrança do Imposto de Renda sobre juros, capital próprio, dividendos e demais ganhos de capital. O processo foi julgado procedente por confirmar a isenção tributária da Fundação em 1993. Em 1999 a FIPECq recebeu o valor de R\$11 milhões, relativo ao montante retido/recolhido, atualizado até 1998. Entretanto, no valor recebido não havia sido computada a atualização monetária do indébito do exercício de 1999, ano do pagamento. Desta forma, fez-se necessária a emissão de precatório complementar. Em julho de 2002, o valor atualizado do precatório complementar era de R\$ 5.700 mil, conforme Precatório nº 2002.01.00.010063-1/DF – Fazenda Nacional ação ordinária 9200002412, a ser amortizado em 10 parcelas anuais a partir de 2003, atualizadas mensalmente pelo IPCA-E. Em 31 de dezembro de 2006, o saldo atualizado era de R\$ 5.329 mil.

** Refere-se a Cédulas de Crédito Bancário da Companhia Energética do Goiás S/A – CELG.

A movimentação da carteira de Renda Fixa, com variação de R\$ 80.905 mil, apresentou a seguinte composição: investimentos de R\$ 424.762 mil, desinvestimentos de R\$ 406.003 mil, valorização de R\$ 62.146 mil.

As aplicações em títulos de responsabilidade do Governo Federal da carteira própria da FIPECq foram ampliadas para R\$ 141.797 mil (R\$ 94.593 mil em 2005), motivadas pelas elevadas taxas de juros pré-fixadas nas aplicações em Letras do Tesouro Nacional - LTN e, em títulos indexados à taxa Selic, Letras Financeiras do Tesouro - LFT, para obtenção de melhor retorno nesta modalidade de investimento.

As aplicações em Instituições Financeiras estão registradas em CDB's e quotas de Fundos de Investimento financeiro somando R\$ 283.743 mil. Encontra-se alocado o valor de R\$ 92.573 mil em fundos de investimentos exclusivos, sendo R\$ 19.191 mil no Protecq Fundo de Investimento Multimercado constituído por aplicações em Títulos de Responsabilidade do Governo Federal (LFT) e, R\$ 73.382 mil no Insígnia Fundo de Investimento Multimercado representado em 90% por ativos (LFT e LTN)

de emissão do Tesouro Nacional. Os demais ativos de renda fixa encontram-se alocados na carteira própria da FIPECq e em Fundos de Investimentos Abertos.

Estão registrados em provisão para perdas os valores relativos às aplicações em 02 (dois) CDB's de emissão do Banco Santos S/A, no valor de R\$ 9.325 mil, efetuadas em janeiro e setembro/04, e em debêntures no valor de R\$ 21.963 mil, sendo relativas à Crefisul Leasing (R\$ 2.783 mil), adquiridas em dezembro/97; Encol S/A (R\$ 11.278 mil), adquiridas em abril/95; Inepar S/A (R\$ 257 mil), adquiridas em junho/97; Nordon S/A (R\$ 1.330 mil), adquiridas em outubro/06; Procid S/A (R\$ 5.899 mil), adquiridas em julho/04 e Ribeirão Preto Water Park S/A (R\$ 416 mil), provisionadas em março/04.

Em observância ao Art. 8º da Resolução CGPC nº 4, de 30/01/02, estão indicados, a seguir, os valores dos títulos da carteira própria e os alocados nos fundos de investimento exclusivos classificados como “Títulos para Negociação” e “Títulos Mantidos até o Vencimento” (por faixa de vencimento, em anos):

Títulos da Carteira Própria

R\$ mil

VENCIMENTO	0-1 ano	1-5 anos	5-10 anos	> 15 anos	Total
1.1-Títulos Públicos-Valor de Mercado					
LFT	13.392	36.536	-	-	49.928
LTN	43.026	-	-	-	43.026
NTN-B	-	35.950	-	-	35.950
NTN-C	9.309	-	-	-	9.309
CTN	530	-	-	-	530
TDA	1.230	1.824	-	-	3.054
Total	67.487	74.310	-	-	141.797
1.2-Títulos Públicos-Custo Atualizado					
LFT	13.374	36.454	-	-	49.828
LTN	41.807	-	-	-	41.807
NTN-B	-	35.364	-	-	35.364
NTN-C	9.280	-	-	-	9.280
CTN	530	-	-	-	530
TDA	1.230	1.824	-	-	3.054
Total	66.221	73.642	-	-	139.863
VENCIMENTO	0-1 ano	1-5 anos	5-10 anos	> 15 anos	Total
2.1-Títulos Privados-Valor de Mercado					
CDB	57.080	-	-	-	57.080
Debêntures N/ C.	7.403	5.413	2.375	-	15.191
CTE	1.816	-	-	-	1.816
CCB	-	-	10.072	-	10.072
FIF (Abertos e FIDC)	122.000	2.470	-	9.620	134.090
Total	188.299	7.883	12.447	9.620	218.249
2.2-Títulos Privados-Custo Atualizado					
CDB	57.042	-	-	-	57.042
Debêntures N/ C.	7.391	5.408	2.375	-	15.174
CTE	1.816	-	-	-	1.816
CCB	-	-	10.107	-	10.107
FIF (Abertos e FIDC)	121.982	2.470	-	9.620	134.072
Total	188.231	7.878	12.482	9.620	218.211
VENCIMENTO	0-1 ano	1-5 anos	5-10 anos	> 15 anos	Total
3.0-Outros Investimentos					
Precatórios Complementares	-	-	5.329	-	5.329
Total (1.1 + 2.1 + 3.0)	255.786	82.193	17.776	9.620	365.375

O quadro acima mostra os títulos precificados a valor de mercado e marcados na curva - custo de aquisição atualizado.

Títulos da Carteira dos Fundos de Investimentos Exclusivos

R\$ mil

Vencimento	0-1 ano	1-5 anos	Total
1 - Títulos Públicos-Custo Atualizado			
LFT	-	64.023	64.023
Operações Compromissadas	21.222	-	21.222
Total	21.222	64.023	85.245
2 - Títulos Privados-Custo Atualizado			
CDB	4.910	-	4.910
Debêntures N/ C.	2.418	-	2.418
Total	7.328	-	7.328
Total (1 + 2)	28.550	64.023	92.573

O quadro acima mostra os títulos que constituem as carteiras dos fundos de investimentos exclusivos, sendo estes classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento, e avaliados pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos.

Em dezembro de 2006, por ocasião do balanço anual, os títulos da carteira própria de renda fixa da FIPECq foram reclassificados da categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento” para a categoria “Títulos para Negociação” com base na metodologia de apuração do valor de mercado adotada pelo Agente Custodiante dos ativos – HSBC DTVM. O somatório dos ajustes registrados, decorrentes da mudança de critério, foi de R\$ 1.952 mil, sendo: LFT (R\$ 100 mil), LTN (R\$ 1.218 mil), NTN (R\$ 615 mil); CDB (R\$ 37 mil), Debêntures (R\$ 17 mil) e CCB (- R\$ 35 Mil). A seguir, apresentamos os motivos que levaram à mudança de classificação de categoria:

a) A correção dos títulos deve ser efetuada na mesma proporção que as variações do ativo no mercado.

b) Disponer de liberdade para vender os títulos e valores mobiliários a qualquer tempo.

c) A adequação da liquidez para aproveitar as oportunidades de negócios no mercado de renda fixa, buscando a maximização de rentabilidade, e suprir a necessidade de caixa da Fundação.

d) Capacidade financeira da FIPECq para manter os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira própria classificados na categoria para negociação.

• Renda Variável

A carteira de renda variável em 31/12/06 atingiu o valor de R\$ 99.369 mil, constituída pelo Mercado de Ações - à Vista (R\$ 97.452 mil), Valores a Receber (R\$ 1.999 mil) referentes a dividendos e juros de capitais (R\$ 901 mil) e venda de ações (R\$ 1.098mil) menos (-) provisão de R\$ 81mil.

A seguir, mostramos a composição da Carteira de Renda Variável nos exercícios de 2006 e 2005.

Mercado à Vista

R\$ mil

Benefícios	31/12/06		31/12/05	
	Estoque	Valor de Mercado	Estoque	Valor de Mercado
ARCELOR BR/ON	45.601	1.916	45.601	1.294
BRADESCO/PN	107.400	9.222	110.400	7.528
BRADESCO/PNR	2.391	203	-	-
BRASIL T PART/PN	77.945.497	1.427	107.945.497	1.866
BRASIL TELECOM/PN	355.419.233	3.906	488.879.089	4.918
BRASKEM/PNA	60.000	913	275.000	5.244
CCR RODOVIAS/ON	76.000	2.185	72.500	5.417
CEMIG/PN	20.700.000	2.172	37.600.000	3.516
COTEMINAS/PN	-	-	6.000.000	1.284
GERDAU/PN	103.000	3.607	57.000	2.199
GOL/PN	41.000	2.598	41.000	2.725
ITAUBANCO/PN	164.600	12.686	187.600	10.524
LOJAS RENNER/ON	80.000	2.475	-	-
MARCOPOLO/PN	449.900	2.636	400.000	2.328
NATURA/ON	27.500	828	11.500	1.196
P. AÇUCAR - CBD/PN	13.720.000	1.023	13.720.000	1.055
PETROBRAS/ON	29.096	1.580	29.096	1.198
PETROBRAS/PN	407.800	20.235	352.800	13.167
RANDON PART/PN	80.000	767	80.000	610
SID NACIONAL/ON	32.000	2.083	42.000	2.098
SUZANO PAPEL/PNA	-	-	100.000	1.201
TELESP/PN	-	-	23.300	1.103
USIMINAS/PNA	38.000	3.055	22.000	1.217
V C P/PN	-	-	82.500	2.343
VALE R DOCE/PNA	401.800	21.854	153.400	12.898
TOTAL		97.371		86.929
1.2 - Fundo de Ações				
Brasil Private Equity	-	-	1.694	8.069
TOTAL (1.1 + 1.2)		97.371		94.998

O mercado de ações à vista abriga papéis de diversas empresas. Destacam-se as de maior volume financeiro: Cia. Vale do Rio Doce, Petrobrás, Itaubanco, Bradesco, Brasil Telecom, Gerdau e Usiminas. O crescimento da carteira deveu-se à valorização dos papéis no exercício de 2006.

Permanece registrado em provisão para

perdas o montante de R\$ 81 mil, correspondente ao valor contábil das ações das empresas Gazeta Mercantil S.A., CTM Citrus S/A e Ribeirão Preto Water Park S/A.

No exercício de 2006, ocorreu o desinvestimento do fundo de investimento financeiro em ações – Brasil Private Equity.

Investimentos imobiliários

Categoria	R\$ mil	
	31/12/2006	31/12/2005
Edificações	1.017	1.938
Participações	6.105	9.044
Fundos de Investimentos Imobiliário	2.655	2.713
Total	9.777	13.695

Em 29 de setembro de 2006, foi alienada a participação da FIPECq de 6% no Empreendimento Shopping Center Piracicaba pelo valor de R\$ 3.420 mil, que resultou no ganho de R\$ 654 mil, em relação ao valor registrado contabilmente de R\$ 2.766 mil.

Em atendimento ao item 30, da Resolução MPAS/CGPC nº 5, de 30/01/2002, em 29/12/06 foi constituída a provisão de R\$ 1.018 mil, correspondente a 50% do valor da venda atualizado em 31/05/06, de 03 quotas da participação da FIPECq no empreendimento Word Trade Center de São Paulo alienadas em novembro/05, tendo em vista que até o final do exercício/06 não havia celebrado a escritura de

venda e compra da participação. O valor restante (R\$ 1.017 mil) encontra-se registrado em valores a receber – Edificações.

Os investimentos imobiliários da FIPECq constituem-se da participação de 5% no Esplanada Shopping Center Sorocaba no valor de R\$ 6.105 mil e de 24.955 quotas do Fundo de Investimento Imobiliário Memorial Office Building no valor de R\$ 2.655 mil.

Operações com Participantes - Empréstimos

A seguir, a carteira de Empréstimos em 2006 e 2005:

Operações com Participantes - Empréstimos

Modalidade	R\$ mil	
	31/12/2006	31/12/2005
Empréstimos Simples	53.647	45.199
Total	53.647	45.199

O incremento na carteira de empréstimos de R\$ 8.448 mil, em relação ao ano anterior, foi devido à concessão de novos empréstimos.

PASSIVO

Passivo Operacional

Neste grupo estão registrados, por Programa, os valores correspondentes à operacionalização da Fundação, bem como outras exigibilidades:

Passivo Operacional - Programa Previdencial

Discriminação	R\$ mil	
	31/12/2006	31/12/2005
Plano de Previdência Complementar - PPC	159	242
Plano de Previdência Especial - PPE	68	109
Total	227	351

Programa Administrativo

Despesas a Pagar – R\$ 580 mil em 31.12.2006 (R\$ 469 mil em 31.12.2005), valor relativo aos encargos sociais, Provisão para Férias, Serviços de Terceiros e Outras Exigibilidades.

Passivo Operacional - Programa Administrativo

R\$ mil

Discriminação	31/12/2006	31/12/2005
Pessoal e Encargos – Provisão de Férias	396	264
Credores Diversos	94	65
Encargos e Retenções a Recolher	90	140
Total	580	469

Passivo Operacional - Programa de Investimentos

R\$ mil

Discriminação	31/12/2006	31/12/2005
Renda Fixa	426	462
Renda Variável	1.089	-
Operações com Participantes	8	4
Total	1.523	466

Renda Fixa - Outros Investimentos, corresponde aos honorários sobre ação ordinária relativa ao pagamento de precatórios complementares da Fazenda Nacional.

Renda Variável - valor relativo às operações de compra de ações efetuadas nos dias 26, 27 e 28/12/06, cujas liquidações ocorreram em janeiro/07.

Operações com Participantes - corresponde à retenção de IOF na concessão

de empréstimos, cujo recolhimento ocorrerá no exercício seguinte.

5. Exigível Contingencial

Representa as contingências por programa, as quais registram ocorrências de fatos que merecerão decisões que poderão ou não gerar desembolsos conforme quadro abaixo.

Exigível Contingencial

R\$ mil

Discriminação	31/12/2006	31/12/2005
Programa Previdencial	11.698	10.222
Programa Administrativo	923	1
Programa de Investimentos	1.083	-
Total	13.704	10.223

Programa Previdencial

Tendo em vista a indefinição das autoridades federais quanto aos expurgos inflacionários, ex-participantes do Plano de Previdência

Complementar - PPC vêm promovendo ações judiciais visando integrar tais índices ao cálculo da Reserva de Poupança. Os valores estimados das demandas estão atualizados pelo INPC até a data da citação (30/10/2002), a partir desta data

Demonstrações Contábeis

até 31/01/2006 pela meta atuarial (INPC mais 6% de juros ao ano) e daí em diante pela SELIC como determina o Novo Código Civil.

A provisão dos expurgos inflacionários, a partir de dezembro de 2006, passou a contemplar todos os ex-participantes dos planos que resgataram suas reservas de poupança. No que se refere à questão da prescrição quinquenal, ou seja, em que não poderiam ser reclamados expurgos sobre resgates depois de decorridos 5 anos do seu pagamento, a Fundação considera que a apreciação desse assunto ainda é bastante recente no STJ, com poucos casos já julgados, e que ainda necessita, portanto de uma consolidação jurídica para justificar quaisquer alterações quanto à reavaliação da referida provisão.

Programa Administrativo

Contingência Trabalhista

Contempla os valores relativos às reclamações trabalhistas movidas por ex-empregados totalizando R\$ 901 mil em 31/12/06 e R\$ 1 mil em 31/12/2005.

Contingência Tributária

O valor de R\$ 22 mil em 31/12/2006, corresponde ao PIS e COFINS a ser depositado judicialmente no mês de janeiro/2007, em decorrência do processo que a FIPECq está movendo contra a Secretaria da Receita Federal.

Programa de Investimentos

O valor de R\$ 1.084 mil, registrado em 2006, refere-se aos honorários advocatícios no processo de embargos de terceiros na ação popular movida contra o Governo de Alagoas, sobre as Letras do Tesouro daquele estado, em que a FIPECq foi vencida, estando o referido valor provisionado em razão de garantia do juízo (Penhora), para fins de recurso de embargos à execução.

Provisões com Depósito Judicial

- A provisão referente à contingência fiscal relativa à DCTF/IRRF, corresponde a R\$ 219 mil, valor depositado por ordem judicial. A matéria discutida tem origem nos anos de 1994/1995.
- Foi provisionado, mediante depósito judicial, o valor de R\$ 2.672 mil, tendo em vista contencioso contra a União por interpretação diversa no “modus operandi” da base de cálculo que resulta em valores a recolher prejudiciais à Fundação.

6. Provisões Matemáticas

Representa o compromisso da Fundação com os Planos Previdenciais, avaliados por atuário independente, conforme parecer anexo ao OF. JM N. ° 0145/2007, datado de 18 de janeiro de 2007.

Composição do Passivo Atuarial

Discriminação	R\$ mil	
	31/12/2006	31/12/2005
Provisões Matemáticas		
Benefícios Concedidos (*)	94.522	90.429
Benefícios do Plano		
Plano de Previdência Complementar - PPC	88.904	85.542
Plano de Previdência Especial - PPE	5.618	4.887
Benefícios a Conceder (**)	238.371	209.886
Benefícios do Plano com Geração Atual	289.483	254.543
Plano de Previdência Complementar - PPC	269.656	238.885
Plano de Previdência Especial - PPE	19.827	15.658
(-) Outras Contribuições da Geração Atual	(51.112)	(44.657)
Plano de Previdência Complementar - PPC	(51.112)	(44.657)
Total	332.893	300.315

(*) Benefícios Concedidos – Corresponde ao valor dos benefícios futuros (dos participantes já aposentados ou em gozo de pensão), líquido das contribuições futuras.

(**) Benefícios a Conceder – Corresponde ao valor presente dos benefícios futuros (ainda não concedidos), líquidos das contribuições futuras.

O Plano de Previdência Complementar – PPC da FIPECq, possui os seguintes pontos em processo de análise pelo órgão regulamentar SPC – Secretaria de Previdência Complementar:

a) a redução de 50% (cinquenta por cento) no nível da rotatividade adotada na avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2003, visando assegurar com maior tranquilidade a concessão do Benefício Proporcional Diferido – BPD previsto na Lei Complementar nº 109/2001;

b) a manutenção da idade mínima para entrada em benefício de aposentadoria por tempo de contribuição (de forma plena) em 58 (cinquenta e oito) anos de idade, já que a redução dessa idade para 55 (cinquenta e cinco) anos não foi aprovada no âmbito de todas as Patrocinadoras;

c) a adoção de Cota de Pensão igual a 75% de Cota Familiar e de 5% de Cota Individual, até o máximo de 100% (tão somente nos benefícios de pensão por morte ainda não concedidos, já que para os benefícios de pensão por morte já concedidos a Cota Familiar permanecerá em 50% e as Cotas Individuais permanecerão em 10%, observado também o máximo de 100% para a Cota de Pensão);

d) a concessão de reajuste suplementar aos 4,53% (concedidos normalmente em 2004), de forma a completar um reajuste total de 9,55% nos benefícios já concedidos (implementado em setembro de 2004).

Por prudência, na avaliação atuarial do ano 2006, foi incluído, dentro do valor da Provisão de Benefícios a Conceder, o correspondente a R\$ 6.687.084,00, destinado a considerar que a totalidade dos participantes, que venham a deixar de ser empregados do patrocinador antes de preencher as condições de entrar em gozo de benefício de aposentadoria pelo Plano, optarão pelo Autopatrocínio ou pelo Benefício Proporcional Diferido (BPD) e não pelo Resgate de Contribuições.

7. Equilíbrio Técnico

A Fundação apresenta um Superávit Técnico Acumulado de R\$ 87.812 mil em 31.12.2006 e R\$ 51.700 mil em 31.12.2005, estando assim registrado: R\$ 76.862 (mil) – Reserva de Contingência e R\$ 10.950 (mil) – Reserva para ajuste do Plano, e corresponde a 22,22% do Ativo Líquido existente em 31/12/2006 de R\$ 395.260 mil, conforme Demonstrado nos Resultados da Avaliação Atuarial.

8. Fundos

Programa Previdencial

Plano de Previdência Complementar - PPC

Constituído e registrado no exercício de 1993 com base em cálculos de atuário independente, estando avaliado em 31 de dezembro de 2006 em R\$ 144.707 mil (R\$ 132.661 mil em 2005).

Criado para dar cobertura a questionamentos judiciais que acarretem revisões nos valores dos benefícios do PPC, inclusive quanto aos Benefícios Saldados, e pelo fato de as autoridades governamentais não se terem posicionado em relação a eventuais direitos dos que, sendo participantes Celetistas, tiveram seu regime de trabalho transformado, por força de Lei, em RJU.

Programa Administrativo

Fundo Administrativo

Constituído consoante autorização da Secretaria de Previdência Complementar por meio do OF. GAB/SPC N.º 505/84, para fazer face à sobrecarga administrativa. Incrementado mensalmente pelo resultado líquido do custeio

Demonstrações Contábeis

previdencial + receitas administrativas - despesas administrativas, acrescido dos recursos líquidos aplicados por meio do Programa de Investimentos.

Fundo Administrativo

	R\$ mil
Saldo do Balanço de 2005	36.604
(+) Receitas Administrativas	5
(+) Custeio Administrativo	4.539
(+) Receitas Financeiras do Exercício	5.081
(+) Recuperação de Recurso Utilizado para Encerramento Programa Assistencial	14
Subtotal	46.243
(-) Despesas Administrativas	(6.584)
(-) Constituições de Contingências	(1.230)
Subtotal	(7.814)
Saldo do Balanço de 2005	38.429

Em 30 de abril de 2003, a Fundação encerrou o Plano Assistencial, cujo Déficit de R\$ 4.068 mil foi coberto pelo Fundo Administrativo. No decorrer dos exercícios de 2004, 2005 e 2006, foi efetuada a recuperação deste déficit no valor de R\$ 646 mil, permanecendo ainda um saldo de R\$ 3.422 mil.

Programa de Investimentos

Fundo de Seguro de Empréstimos

Constituído para garantir os contratos de empréstimos a participantes. O valor corresponde ao resultado do saldo acumulado da retenção de taxa sobre o principal do mútuo, acrescido de rendimentos financeiros, deduzidos os valores dos contratos inadimplentes e as coberturas nas situações de morte e/ou invalidez do participante mutuário. O saldo em 31.12.2006 é de R\$ 2.225 mil (R\$ 1.938 mil em 2005).

Roberto Teixeira de Carvalho
Diretor-Presidente e de Aplicações Financeiras
CPF: 347.166.297-91

Sonia Cristina de Moura Seabra
Diretora de Projetos Especiais e Comunicação
CPF: 119.740.282-91

9. Outras Informações

Agente Custodiante dos Recursos Garantidores

A Fundação tem como contratado o HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, agente custodiante e responsável pelos fluxos de pagamentos e recebimentos relativos às operações de renda fixa e variável, conforme determina o art. 55 da Resolução nº 3.121/03 do Conselho Monetário Nacional.

Novo Plano de Benefícios

A Fundação FIPECq está implementando, para o exercício de 2007, o plano previdenciário **FIPECqPREV**.

Adilmar Ferreira Martins
Diretor de Previdência
CPF: 038.272.671-53

Sergio Suren Kurkdjian
Diretor de Gestão
CPF: 375.059.808-82

Inalda Pereira da Rocha
Contadora CRC-6309/DF
CPF: 145.787.601-97

Parecer Atuarial

Plano de Previdência Complementar/PPC

1) O Plano Previdenciário da **FIPECq**, que concede benefícios com base no Regulamento de Benefícios Suplementar à Previdência Social - PPC, incluindo os Benefícios Saldados decorrentes dos que, ao serem alcançados pelo Regime Jurídico Único – RJU, optaram pelo saldamento dos seus direitos no lugar do resgate de contribuições, apresentou um Superávit Técnico Acumulado de R\$ 87.811.677,96, equivalente a 22,22% do Ativo Líquido, então existente, de R\$ 395.259.835,96, adotando-se os mesmos regimes/métodos de financiamento atuarial e as mesmas hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial do exercício de 2005.

NOTA: Por prudência, na avaliação atuarial do ano 2006, foi incluído, dentro do valor da Provisão de Benefícios a Conceder, o correspondente a R\$ 6.687.084,00, destinado a considerar que a totalidade dos participantes, que venham a deixar de ser empregado do patrocinador antes de preencher as condições de entrar em gozo de benefício de aposentadoria pelo Plano, optarão pelo Autopatrocínio ou pelo Benefício Proporcional Diferido (BPD) e não pelo Resgate de Contribuições.

FATO RELEVANTE: O Plano de Previdência Complementar – PPC da **FIPECq** (incluindo os referidos Benefícios Saldados), está aqui avaliado, a exemplo do que foi feito nas avaliações atuariais dos exercícios de 2004 e 2005, incluindo os seguintes pontos em processo de análise no âmbito da SPC do MPS (já detalhado no Parecer Atuarial do DRAA de 28/08/2004, que acompanhou o processo de adaptação do referido Plano (PPC) às Leis Complementares nº 108/2001 e nº 109/2001): **i) a redução de 50% (cinquenta por cento) no nível da rotatividade** adotada na avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2003, visando assegurar com maior tranquilidade a concessão do Benefício Proporcional Diferido – BPD) previsto na Lei Complementar nº 109/2001; **ii) a manutenção**

da idade mínima para entrada em benefício de aposentadoria por tempo de contribuição (de forma plena) em 58 (cinquenta e oito) anos de idade, já que a redução dessa idade para 55 (cinquenta e cinco) anos não foi aprovada no âmbito de todas as Patrocinadoras; **iii) a adoção de Cota de Pensão** igual a 75% de Cota Familiar e de 5% de Cota Individual, até o máximo de 100% (tão somente nos benefícios de pensão por morte ainda não concedidos, já que para os benefícios de pensão por morte já concedidos a Cota Familiar permanecerá em 50% e as Cotas Individuais permanecerão em 10%, observado também o máximo de 100% para a Cota de Pensão); **iv) a concessão de reajuste suplementar** aos 4,53% (concedidos normalmente em 2004), de forma a completar um reajuste total de 9,55% nos benefícios já concedidos (implementado em setembro de 2004).

NOTA: Na presente avaliação atuarial, a diferença entre o custo das APOSENTADORIAS avaliado sem rotatividade e avaliado com rotatividade, deduzida do custo apropriado como RESGATES (CAMPO 50 DA FOLHA 2/3), está incorporada ao custo das APOSENTADORIAS (CAMPO 45 DA FOLHA 2/3).

2) À parte do referido Ativo Líquido do PPC (incluindo Benefícios Saldados), foi constituído o seguinte Fundo Previdencial, em 31/12/2006:

Fundo Previdencial constituído para dar cobertura a questionamentos judiciais que acarretam revisões nos valores dos benefícios do PPC, (incluindo os referidos Benefícios Saldados) e, subsidiariamente, a desvios desfavoráveis nas hipóteses atuariais, especialmente as relativas à mortalidade e ao retorno dos investimentos e, também, em decorrência das autoridades competentes não terem se posicionado em relação a eventuais direitos dos que, sendo participantes celetistas, tiveram seu regime de trabalho transformado por força da Lei, de Regime CLT para Regime Jurídico Único

(RJU): R\$ 144.707.396,16 (igual ao valor correspondente à parcela do Patrimônio Líquido da **FIPECq** não comprometida com as Provisões Matemáticas, com a Reserva de Contingência, com a Reserva para Revisão do Plano, com o Fundo Administrativo e com o Fundo de Seguro – Empréstimos/Financiamentos).

NOTA 1: As informações da área contábil da **FIPECq** nos dão conta da existência, em 31/12/2006, dos seguintes saldos de Fundos Administrativo e de Seguro – Empréstimos/Financiamento (Investimento):

- Fundo Administrativo:
R\$ 38.428.763,94.
- Fundo de Seguro – Empréstimos/Financiamento (Fundo Investimento):
R\$ 2.225.346,41.

NOTA 2: À parte, fora do Ativo Líquido do PPC (incluindo Benefícios Saldados) e do Fundo Previdencial apresentado neste item 2, foi constituída uma Provisão de R\$ 11.700.098,75 relativa a questionamentos de expurgos inflacionários envolvendo valores pagos como resgate por este Plano.

3) Tendo em vista ter sido realizado o registro do Plano de Previdência Especial – PPE da **FIPECq**, que oferece benefícios complementares aos servidores alcançados pelo Regime Jurídico Único – RJU, o Fundo Previdencial no qual vinha sendo acumulada a arrecadação líquida das respectivas contribuições previdenciárias acres-

• Provisão de Benefícios Concedidos	R\$ 88.904.510,00
• Provisão de Benefícios a Conceder	R\$ 218.543.648,00
• <u>Provisão Matemática a Constituir</u>	<u>R\$ (0,00)</u>
• Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	R\$ 307.448.158,00
• <u>Superávit Técnico Acumulado.....</u>	<u>R\$ 87.811.677,96 *1</u>
• Ativo Líquido do Plano	R\$ 395.259.835,96

*1: A ser registrado como Reserva de Contingência e como Reserva para Revisão do Plano nos termos da legislação aplicável.

6) Nos termos do Parecer Atuarial constante do JM/1602/94, em 31/12/90, subsiste um saldo não amortizado do Compromisso Especial (Custo Suplementar Não Amortizado), cuja amortização foi suspensa pelos Patrocinadores alcançados pelo Regime Jurídico Único - RJU tão logo esse

Regime entrou em vigor, no valor original de Cr\$ 393.618.554,10 (**IPEA:** Cr\$ 191.600.976,15 / **CNPq:** Cr\$ 160.546.158,45 / **INPE:** Cr\$ 34.313.408,10 / **INPA:** Cr\$ 7.158.011,40) que atualizado para 31/12/2006 pela meta atuarial relativa aos benefícios concedidos aos

4) Portanto, considerando os valores do Ativo Líquido do Plano de Previdência Complementar – PPC, incluindo os Benefícios Saldados dos que, ao serem alcançados pelo Regime Jurídico Único – RJU, optaram pelo saldamento dos seus direitos no lugar do resgate de contribuições, (Provisões Matemáticas + Reserva de Contingência) de R\$ 395.259.835,96 (igual a Provisões Matemáticas + Reserva de Contingência + Reserva para Revisão do Plano) e do Fundo Previdencial discriminado no item 2 deste Parecer Atuarial de R\$ 144.707.396,16, o total dos mesmos alcançou, em 31/12/2006, R\$ 539.967.232,12.

5) O Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) e o Ativo Líquido do Plano de Previdência Complementar – PPC, incluindo os Benefícios Saldados dos que, ao serem alcançados pelo Regime Jurídico Único – RJU, optaram pelo saldamento dos seus direitos no lugar do resgate de contribuições, em 31/12/2006, apresentavam as seguintes aberturas:

Regime entrou em vigor, no valor original de Cr\$ 393.618.554,10 (**IPEA:** Cr\$ 191.600.976,15 / **CNPq:** Cr\$ 160.546.158,45 / **INPE:** Cr\$ 34.313.408,10 / **INPA:** Cr\$ 7.158.011,40) que atualizado para 31/12/2006 pela meta atuarial relativa aos benefícios concedidos aos

participantes celetistas, alcançou R\$ 17.200.096,18. A FIPECq ajuizou ação de cobrança contra cada uma das patrocinadoras devedoras.

7) A rentabilidade nominal líquida, obtida pela **FIPECq** na aplicação do seu Ativo Líquido Previdencial (constituído do Ativo Líquido do Plano de Previdência Complementar - PPC, incluídos os Benefícios Saldados, do Fundo Previdencial do próprio PPC e do Ativo Líquido do Plano de Previdência Especial – PPE, ao longo de 2006, foi de 18,20% contra uma meta atuarial (INPC do IBGE + 6% ao ano, sem qualquer defasagem entre o mês de referência e o mês de aplicação tanto para os benefícios concedidos quanto para os benefícios a conceder) de 8,98% o que em termos reais, representou obter mais 14,97% contra uma meta atuarial de mais 6% ao ano, adotando o método da Taxa Interna de Retorno (TIR) a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas, na obtenção dos referidos percentuais de rentabilidade.

NOTA: Já a rentabilidade nominal líquida do Patrimônio Total da **FIPECq** obtida ao longo de 2006, medida também pelo método da Taxa Interna de Retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas, foi de 17,72%.

8) Informações recebidas da **FIPECq**, nos colocaram que os títulos de renda fixa pertencentes aos Planos Previdenciários dessa Entidade Fechada de Previdência Complementar estão contabilizados pela marcação a mercado.

9) Com relação ao valor das Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial) do Plano de Previdência Complementar – PPC, incluídos os Benefícios Saldados dos que, ao serem alcançados pelo Regime Jurídico Único – RJU, optaram pelo saldamento dos seus direitos no lugar do resgate de contribuições, apresentadas de forma aberta no item 5 deste Parecer Atuarial, e ao decorrente valor do Superávit Técnico Acumulado, devidamente registrado como Reserva de Contingência e como Reserva para Revisão do Plano, bem como com relação ao valor do Fundo Previdencial apresentado no item 2 deste Parecer Atuarial,

atestamos que os mesmos foram avaliados por nossa Consultoria Atuarial Independente, utilizando as hipóteses atuariais descritas no Anexo A deste DRAA e os regimes/métodos de financiamento atuarial descritos na folha 1/3 deste DRAA, a partir das informações cadastrais e contábeis fornecidas pela **FIPECq** e julgadas lógicas por nossa Consultoria Atuarial. Os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os da avaliação atuarial do exercício anterior, a qual submetemos à análise da **FIPECq** para os ajustes necessários e posterior validação, para somente após tal validação serem utilizados na presente avaliação atuarial.

10) A destinação do Superávit Técnico de R\$ 87.811.677,96, existente em 31/12/2006, devidamente registrado como Reserva de Contingência e como Reserva para Revisão do Plano é, observada a legislação aplicável, a de dar, prioritariamente, cobertura a desvios desfavoráveis que possam vir a ocorrer em relação às hipóteses atuariais adotadas, seja em relação às Tábuas Biométricas ou seja em relação a outros fatores, tais como previsão de crescimento real de salário e expectativa de retorno de investimentos. Subsidiariamente, o Fundo Previdencial apresentado no item 2 deste Parecer Atuarial, tem idêntica destinação.

Plano de Previdência Especial/PPE

1) O presente Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA), representa a avaliação em separado do Plano de Previdência Especial – PPE da **FIPECq**, destinado a dar continuidade às coberturas adicionais, que eram dadas em relação ao Regime Geral de Previdência Social pelo Plano de Previdência Complementar – PPC da **FIPECq**, mas que não estão contempladas na cobertura previdenciária dada pelo Regime Jurídico Único – RJU, aos servidores alcançados por esse Regime Jurídico.

2) Até o exercício de 2004, as Provisões Matemáticas do Plano de Previdência Especial

- PPE vinham sendo registradas num Fundo Previdencial, porém, com a obtenção do registro no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB), tornou-se necessária a realização da constituição das Provisões Matemáticas específicas e a emissão de um Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial - DRAA específico para o PPE.

• Provisão de Benefícios Concedidos	R\$ 5.617.670,62
• Provisão de Benefícios a Conceder	R\$ 19.827.169,94
• <u>Provisão Matemática a Constituir</u>	<u>R\$ (-----)</u>
• Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	R\$ 25.444.840,56
• <u>Superávit Técnico Acumulado.....</u>	<u>R\$ -----</u>
• Ativo Líquido do Plano	R\$ 25.444.840,56

NOTA: Como todos os benefícios são avaliados pelo Regime de Repartição, todo o excesso do Ativo Líquido do Plano em relação ao valor das Provisões (Matemáticas) de Benefícios Concedidos encontra-se registrado como Provisões (Matemáticas) de Benefícios a Conceder.

5) A rentabilidade nominal líquida obtida pela FIPECq na aplicação do Ativo Líquido Previdencial (constituído do Ativo Líquido do Plano de Previdência Complementar - PPC, incluídos os Benefícios Saldados, do Fundo Previdencial do próprio PPC e do Ativo Líquido do Plano de Previdência Especial - PPE), ao longo de 2006, foi de 18,20%, contra uma meta atuarial (INPC do IBGE + 6% ao ano, sem qualquer defasagem entre o mês de referência e o mês de aplicação, tanto para os benefícios concedidos quanto para os benefícios a conceder) de 8,98%, o que, em termos reais, representou obter mais 14,97% ao ano contra uma meta atuarial de mais 6% ao ano, adotando-se o método da Taxa Interna de Retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e de despesas, na obtenção dos referidos percentuais de rentabilidade.

NOTA: Já a rentabilidade nominal líquida do Patrimônio Total da FIPECq, obtida ao longo de 2006, medida também pelo método de Taxa

3) A situação atuarial do Plano de Previdência Especial - PPE da FIPECq, em 31/12/2006, encontra-se atuarialmente equilibrada, podendo ser mantido ao longo do ano de 2007, o Plano de Custeio vigente ao final do exercício de 2006.

4) O Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) e o Ativo Líquido do Plano, em 31/12/2006, apresentavam as seguintes aberturas, relativamente ao Plano de Previdência Especial - PPE da FIPECq:

Interna de Retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e de despesas, foi de 17,72%.

6) Informações recebidas da FIPECq, nos colocaram que os títulos de renda fixa pertencentes aos Planos Previdenciários dessa Entidade Fechada de Previdência Complementar estão contabilizados pela marcação a mercado.

Com relação ao valor das Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial), apresentadas de forma aberta no item 4 deste Parecer Atuarial, atestamos que as mesmas foram avaliadas por nossa Consultoria Atuarial Independente, utilizando as hipóteses atuariais descritas no Anexo A deste DRAA e os regimes/métodos de financiamento atuarial descritos na folha 1/3 deste DRAA, a partir das informações cadastrais e contábeis fornecidas pela FIPECq e julgadas lógicas por nossa Consultoria Atuarial. Os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados da avaliação atuarial do exercício anterior, a qual submetemos à análise da FIPECq para os ajustes necessários e posterior validação, para somente após tal validação serem utilizadas na presente avaliação atuarial.

JOSÉ ROBERTO MONTELLO
ATUÁRIO - MIBA N° 426

Parecer dos Auditores Independentes

Aos administradores, participantes e patrocinadores da FIPECq - Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da FINEP, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA

1. Examinamos o balanço patrimonial da FIPECq - Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da FINEP, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA, levantado em 31 de dezembro de 2006, e as respectivas demonstrações do resultado e de fluxos financeiros correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Fundação; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Fundação, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FIPECq - Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da FINEP, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA, em 31 de dezembro de 2006, o resultado de suas operações e seus fluxos financeiros correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Conforme mencionado na nota explicativa nº 4, a FIPECq - Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da FINEP, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA possui em sua carteira de investimentos Cédulas de Crédito Bancário da Companhia Energética de Goiás S/A - CELG, cujo saldo contábil, em 31 de dezembro de 2006, corresponde ao montante de R\$ 10.072 mil. O investimento realizado pela Fundação, foi devidamente aprovado pela Diretoria da FIPECq que obedeceu todos os requisitos internos para a análise e aprovação da operação. Entretanto, salientamos que a Companhia vem apresentando deficiência no seu capital de giro e fluxos de caixa. Como consequência, existem débitos vencidos há longa data, registrados no passivo circulante e exigível a longo prazo. A administração da CELG visando o reequilíbrio econômico e financeiro e a melhoria da geração de fluxos de caixa vem tomando diversas medidas e a reversão da situação atual estará sujeita ao sucesso dessas implementações adotadas, além de outras, que deverão ser implementadas ao longo dos próximos exercícios. Tal assunto vem sendo objeto de parágrafo de ênfase em seus últimos pareceres sobre as Demonstrações Contábeis. Dessa forma, em virtude da atual situação da CELG, não é possível determinar o desfecho desse processo, bem como seus possíveis efeitos sobre as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1.

5. Conforme mencionado na nota explicativa nº 4, a Fundação efetuou a reclassificação dos títulos e valores mobiliários da categoria “títulos mantidos até o vencimento” para “títulos para negociação”, por consequência, a Fundação registrou um acréscimo patrimonial nas rubricas de investimentos e de resultado, no montante de R\$ 1.952 mil, em função da mudança no critério de avaliação contábil dos investimentos. A documentação e os motivos que serviram de base para a reclassificação encontram-se à disposição

Parecer dos Auditores Independentes

do órgão regulamentar, conforme determina a Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002.

6. Conforme mencionado na nota explicativa nº 4, na avaliação atuarial do ano de 2006, foi incluído, por prudência, dentro do valor da Provisão de Benefícios a Conceder, o montante correspondente a R\$ 6.687 mil destinado a considerar que a totalidade dos participantes, que venham a deixar de ser empregado do patrocinador antes de preencher as condições de entrar em gozo de benefício de aposentadoria pelo Plano, optarão pelo autopatrocínio ou pelo Benefício Proporcional Diferido (BPD) e não pelo resgate de contribuições.

7. Conforme mencionado na nota explicativa nº 6, o Plano de Previdência Complementar/PPC da FIPECq, possui os seguintes pontos em processo de análise pelo órgão regulamentar SPC – Secretaria de Previdência Complementar: a) redução de 50% (cinquenta por cento) no nível da rotatividade adotada na avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2003, visando assegurar com maior tranquilidade a concessão do Benefício Proporcional Diferido – BPD previsto na Lei Complementar nº 109/2001; b) manutenção da idade mínima para entrada em benefício de aposentadoria por tempo de contribuição (de forma plena) em 58 (cinquenta e oito) anos de idade, já que a redução dessa idade para 55 (cinquenta e cinco) anos não foi aprovada no âmbito de todas as Patrocinadoras; c) adoção de Cota de Pensão igual a 75% de Cota Familiar e de 5% de Cota Individual, até o máximo de 100% (tão somente nos benefícios de pensão por morte ainda não concedidos, já que para os benefícios de pensão por morte já concedidos a Cota Familiar permanecerá em 50% e as Cotas Individuais permanecerão em 10%, observado também o máximo de 100% para a Cota de Pensão); d) concessão de reajuste suplementar aos 4,53% (concedidos normalmente em 2004), de forma a completar um reajuste total de 9,55% nos benefícios já concedidos (implementado em setembro de 2004). Em função do atual estágio, não é possível determinar o desfecho

dessa situação, bem como os possíveis efeitos sobre as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1.

8. Conforme mencionado na nota explicativa nº 8 foi utilizado, até 31 de dezembro de 2006, o montante de R\$ 3.422 mil (R\$ 3.436 mil em 2005) do fundo administrativo para cobrir o déficit apresentado no programa assistencial, cujas atividades foram encerradas em abril de 2003. A cobertura de resultados de um programa por outro, contraria as normas regulamentares da Secretaria de Previdência Complementar – SPC. Contudo, considerando esse fato atípico, a Fundação solicitou autorização dessa transferência contábil à Secretaria de Previdência Complementar – SPC em 16 de junho de 2003, a qual se encontra pendente de aprovação até a presente data. Em função do atual estágio, não é possível determinar o desfecho dessa situação, bem como os possíveis efeitos sobre as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1.

9. Conforme mencionado na nota explicativa nº 9, a Fundação estará implementado, no exercício de 2007, um novo plano previdenciário denominado FIPECqPREV. As demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1, não contemplam nenhum ajuste ligado à pretensão da administração sobre a criação desse plano.

10. Anteriormente, auditamos as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005, datado de 27 de janeiro de 2006, sobre as quais emitimos parecer com a mesma ênfase referida no parágrafo 8, fazendo referência ao trabalho de especialista (atuário), com base nas normas brasileiras de auditoria vigentes à época.

Brasília, 27 de janeiro de 2007.

Alexandre Ralf Slavic
Sócio-Contador
CRC 1SP207032/O-5 “S” DF
BDO Trevisan Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5 “S” DF



Parecer do Conselho Fiscal

Os Membros do Conselho Fiscal da **Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da FINEP, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA - FIPECq**, no cumprimento de suas atribuições legais e regulamentares, procedido o exame das Demonstrações Contábeis Consolidadas do Exercício de 2006, contendo: Balanço Patrimonial, comparado com exercício anterior; Demonstração de Resultados, comparada com o exercício anterior; Demonstração do Fluxo Financeiro, comparada com exercício anterior; Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis; Parecer Atuarial dos Planos Previdenciários; Parecer dos Auditores Independentes e Relatório de Atividades, opinam, por unanimidade, pela aprovação das Demonstrações Contábeis Consolidadas da **FIPECq**, levantado em 31 de dezembro de 2006. Ressalva a insuficiência de provisão para crédito de liquidação duvidosa relativo a empréstimos a participantes e a não regularização junto ao Fundo Administrativo quanto à operação de encerramento do déficit do Programa Assistencial.

Brasília/DF, 21 de março de 2007.

Geraldo Antônio Montenegro Said
PRESIDENTE
REPRESENTANTE DOS PARTICIPANTES E
ASSISTIDOS

Paulo César Oliveira D´Almeida
MEMBRO
REPRESENTANTE DA FINEP

Sandra Regina Costa Alves
MEMBRO
REPRESENTANTE DOS PARTICIPANTES E
ASSISTIDOS

Sílvio Jardim de Oliveira Silva
MEMBRO
REPRESENTANTE DO INPA

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

RCD nº 003/07

Aprovação das Demonstrações Contábeis Consolidadas- Exercício 2006

O Conselho Deliberativo da FIPECq, no uso de suas atribuições conforme preceitua o Art. 23, XVII do Estatuto da FIPECq e, após apreciação do Voto do Conselheiro Ruben Silveira Mello, Relator no processo nº 003/07, constante na Ata da 183ª Reunião, por unanimidade,

RESOLVE:

1. Aprovar as Demonstrações Contábeis Consolidadas – exercício 2006, contendo:
 - a) Balanço Patrimonial,
 - b) Demonstrações de Resultados;
 - c) Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis;
 - d) Parecer Atuarial dos Planos Previdenciários:
 - Plano de Previdência Complementar – PPC
 - Plano de Previdência Especial – PPE
 - e) Parecer dos Auditores Independentes;
 - f) Relatório de Atividades;
 - g) Parecer do Conselho Fiscal.

Brasília, 22 de março de 2007.

Tarciso José de Lima
PRESIDENTE

CONCLUSÃO

A Diretoria Executiva da FIPECq agradece a todos os empregados o empenho e a dedicação dispensados, aos membros dos Conselhos Fiscal e Deliberativo pelo acompanhamento e presteza de seus atos que tanto colaboraram para o bom desempenho da Fundação durante o ano de 2006.

Brasília- DF, 22 de março de 2007

Roberto Teixeira de Carvalho
Diretor-Presidente e de Aplicações Financeiras

Adilmar Ferreira Martins
Diretor de Previdência

Sergio Suren Kurkdjian
Diretor de Gestão

Sonia Cristina de Moura Seabra
Diretora de Projetos Especiais e
Comunicação

Este relatório foi impresso em abril de 2007
Relatório de Atividades 2006
Supervisão: Flávia Maia Nobre (DF 8924 – JP)
Produção: **COMUNICA** (www.agenciacomunica.com.br)
Impressão: Teixeira Gráfica e Editora Ltda.



Disque FIPECq
0800-612002

www.fipecq.org.br

